

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL
2024/2025**



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

***DETERRENCE AND DEFENCE OF THE EURO-ATLANTIC AREA – NUMA
PERSPETIVA NACIONAL***

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO
ASSIM DOUTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU
DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.**

**Francisco Manuel Ferreira Nobre Dionísio
CORONEL PILAV**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

DETERRENCE AND DEFENCE OF THE EURO-ATLANTIC
AREA
– NUMA PERSPETIVA NACIONAL

COR PILAV Francisco Manuel Ferreira Nobre Dionísio

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2024/2025

Pedrouços 2025



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

DETERRENCE AND DEFENCE OF THE EURO-ATLANTIC
AREA
– NUMA PERSPETIVA NACIONAL

COR PILAV Francisco Manuel Ferreira Nobre Dionísio

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2024/2025

Orientador: COR TIR INF Francisco Manuel de Almeida Sousa

Pedrouços 2025



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Francisco Manuel Ferreira Nobre Dionísio**, declaro por minha honra que o documento intitulado “*Deterrence and Defence of the Euro-Atlantic Area – numa perspetiva Nacional*” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Promoção a Oficial General 2024/2025** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **05 de maio de 2025**

Francisco Manuel Ferreira Nobre Dionísio
COR/PILAV



Agradecimentos

Aos Camaradas e Amigos que, ao se identificarem com a pertinência do tema, me apoiaram com os seus conselhos e contributos, reflexo do seu conhecimento e experiência acumulada, referente ao mesmo.

Aos Entrevistados, personalidades de referência, na vida civil e militar, que perante tamanha tarefa e desafio, por mim apresentado, e mesmo com as suas agendas complexas e ocupadas, não titubearam e aceitaram o repto de contribuir para um tema simultaneamente atual, mas árido, em termos de conhecimento e informação publicada. São, assim, peça essencial neste projeto, cujos contributos, porquanto essenciais, são extraordinários e trouxeram muita riqueza e consistência, na sistematização do estudo, e análise do tema.

Ao meu Orientador, pela atenção ao detalhe e contributos essenciais, na consolidação do projeto, deixando, no entanto, espaço para o meu crescimento e realização pessoal, em termos de trabalho individual.

Por último, à minha Família, que durante estes meses (pacientemente) me acompanhou e tolerou nas *ausências presentes*, deixando espaço para me poder dedicar à consolidação deste projeto, e a estes, uma palavra especial à minha esposa, pela sua infinita sabedoria e crítica construtiva, com o seu processo de análise e revisão editorial.

A todos, o meu muito obrigado.



Índice

Índice de apêndices.....	v
Índice de figuras	v
Índice de tabelas	vi
1. Introdução	1
2. Estado da arte e enquadramento teórico e conceptual	4
2.1 Revisão da literatura e o conceito estruturante – <i>Deterrence and Defence of the Euro-Atlantic Area</i>	4
2.2 Modelo de análise	5
2.3 Metodologia	6
2.4 Método	7
2.4.1 Participantes e Instrumentos de recolha de dados.....	7
2.4.2 Técnica de tratamento de dados	7
3. A transformação da NATO, resultante da implementação do conceito de <i>Deterrence and Defence of the Euro-Atlantic Area</i>	8
3.1 Análise aos indicadores que caracterizam o processo transformacional da NATO, no âmbito do DDA.....	8
3.1.1 Conceito Estratégico da NATO	8
3.1.2 <i>Deterrence and Defence of the Euro-Atlantic Area - Family of Plans</i>	8
3.1.3 NATO <i>Force Model</i>	9
3.1.4 NATO <i>Command Structure</i>	10
3.1.5 <i>Vigilance Activities</i>	11
3.1.6 Resiliência.....	11
3.1.7 <i>Enablement</i>	12
3.1.8 Financiamento.....	13
3.2 Síntese conclusiva e resposta à Questão Derivada 1	15
4. A política de defesa nacional e a transformação da NATO.....	17
4.1 Análise, nas ações e política de defesa nacional, dos indicadores de transformação da NATO.....	17
4.1.1 Conceito Estratégico de Defesa Nacional.....	17
4.1.2 Plano de Defesa Nacional	18
4.1.3 NATO <i>Force Model</i>	18



4.1.4 NATO <i>Command Structure</i>	19
4.1.5 <i>Vigilance Activities</i>	20
4.1.6 Resiliência Civil.....	21
4.1.7 <i>Enablement</i>	22
4.1.8 Financiamento.....	24
4.2 Síntese conclusiva e resposta à Questão Derivada 2	26
5. Contribuição de Portugal para a dissuasão do <i>Deterrence and Defence of the Euro-Atlantic Area</i>	29
5.1 Caracterização dos contributos de Portugal para a dissuasão da NATO, no âmbito do <i>Deterrence and Defence of the Euro-Atlantic Area</i>	29
5.1.1 Conceito Estratégico de Defesa Nacional.....	29
5.1.2 Plano de Defesa Nacional	29
5.1.3 NATO <i>Force Model</i>	30
5.1.4 NATO <i>Command Structure</i>	30
5.1.5 <i>Vigilance Activities</i>	31
5.1.6 Resiliência Civil.....	31
5.1.7 <i>Enablement</i>	32
5.1.8 Financiamento.....	32
5.2 Conjunto de medidas propostas, em resposta à QC.....	33
6. Conclusões.....	35
Referências bibliográficas	40

Índice de apêndices

Apêndice A — Conceito enquadrador do trabalho.....	1
Apêndice B — Lista de Entrevistados.....	1
Apêndice C — Quadro resumo de entrevistas.....	1

Índice de figuras

Figura 1 - NATO <i>Force Model</i>	9
Figura 2 - Evolução da despesa referente a países europeus/NATO.....	14
Figura 3 – PDN.....	18
Figura 4 - Atlantic Resolve 24.....	23



Figura 5 - Despesa por país NATO referente a 2014/2024	24
Figura 6 - Percentagem de despesa em reequipamento e capacidades referente a 2014/2024	25
Figura 7 - Projetos estruturantes LPM 2025.....	26
Figura 8 - Medidas propostas em resposta à QC	34

Índice de tabelas

Tabela 1 - Modelo de Análise.....	6
-----------------------------------	---



Resumo

Se queres a paz, prepara a guerra.

O *Deterrence and Defence of the Euro-Atlantic Area* (DDA), é um conceito militar que operacionaliza a transformação que está a decorrer na *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), resultantes das alterações securitárias observadas após a anexação da Crimeia, e que é caracterizado na **dimensão operacional** – com desenvolvimento de planos e ações de vigilância; na **dimensão estrutural** – com reforço de meios, capacidades, e uma nova estrutura de comando, robustecida; e na **dimensão política** – com a atualização das orientações estratégicas, consolidação do apoio logístico, reforço da resiliência civil e uma adequação do financiamento, face às novas exigências securitárias.

Importa reter a dependência face ao envolvimento ativo por parte das nações, razão pela qual a sistematização apresentada sobre o tema se entende ajustada para base de trabalho nacional em prol do processo transformacional que Portugal deverá assumir, como membro da Aliança.

Desta forma, o estudo e compreensão do DDA e conseqüente impacto para Portugal visa contribuir para um melhor entendimento sobre a forma como pode Portugal, contribuir para a Dissuasão na NATO e desta forma reforçar a sua credibilidade e relevância geoestratégica face ao posicionamento atlântico.

Palavras-chave:

Dissuasão; Defesa; Euro-Atlântico.



Abstract

"If you want peace, prepare for war."

The Deterrence and Defence of the Euro-Atlantic Area (DDA) is a military concept that operationalizes the ongoing transformation within the North Atlantic Treaty Organization (NATO), as a result of the annexation of Crimea.

It is characterized by three dimensions: operational – involving the development of national defence plans, supported by a set of vigilance activities; structural – focusing on a new force model, and a new command structure; and politically – encompassing updates to strategic guidelines, the consolidation of logistical support, the enhancement of civil resilience, and the increase of funding, as a response to new security demands.

It is important to emphasize allied nations role and involvement in this process, which is why the systematization presented is understood as the basis for national efforts in support of the transformational process that Portugal must assume as a member of the Alliance.

Thus, the study and understanding of the DDA and its consequent impact on Portugal aim to contribute to a better understanding of how Portugal, as an allied nation, can contribute to NATO's Deterrence efforts, thereby strengthening its credibility and geostrategic relevance with reference to the Atlantic.

Keywords:

Deterrence; Defence; Euro-Atlantic.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

AoR *Area of Responsibility*

C

C2 Comando e Controlo

CE Conceito Estratégico

CEDN Conceito Estratégico de Defesa Nacional

CEM Conceito Estratégico Militar

CNPCE Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência

D

DDA *Deterrence and Defence of the Euro-Atlantic Area*

DIP *Defence Investment Pledge*

DEEMGFA Diretiva Estratégica do Estado-Maior-General das Forças Armadas

E

EEINP Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente

EMGFA Estado-Maior-General das Forças Armadas

F

FFAA Forças Armadas

FoP *Family of Plans*

FR Federação Russa

I

IUM Instituto Universitário Militar

J

JFCNP *Joint Forces Command Naples*

JFCNF *Joint Forces Command Norfolk*

JSEC *Joint Support and Enabling Command*

L

LPM Lei de Programação Militar

M

MIFA Missões das Forças Armadas

MS *Military Strategy*

N

NATO *North Atlantic Treaty Organization*



NCS	NATO <i>Command Structure</i>
NDPP	NATO <i>Defence Planning Process</i>
NEP	Norma de Execução Permanente
NFM	NATO <i>Force Model</i>
NFS	NATO <i>Force Structure</i>
NSIP	NATO <i>Security Investment Programme</i>
O	
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
P	
PDN	Plano de Defesa Nacional
Q	
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
R	
RP	<i>Regional Plans</i>
S	
SACEUR	<i>Supreme Allied Commander Europe</i>
SFN	Sistema de Forças Nacional
SLOC	<i>Sea lines of communication</i>
T	
TE	Triângulo Estratégico
TII	Trabalho de Investigação Individual
TN	Território Nacional
V	
VA	<i>Vigilance Activities</i>



1. Introdução

*Se vis Pacem, Parabellum.*¹

Com a anexação da Crimeia, em 2014, e mais recentemente, com a invasão ilegal da Ucrânia, pela Federação Russa (FR), a *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) concluiu a necessidade de se reorganizar por forma a evoluir de um modelo pós Guerra-fria, ajustado para conflitos do tipo *Smaller Joint Operations* (SJO), para conflitos do tipo *Major Joint Operations* (MJO), considerando cenários de *peer-to-peer adversaries* (Tarry, 2024).

Consequentemente, a NATO iniciou uma reestruturação global, em termos de *architecture, plans, and policies*, enquadrando, desta forma, a transformação da Aliança, nas **dimensões: Operacional, Estrutural e Política** (Tarry, 2024).

Esta transformação, reflete um novo modelo de forças (NATO *Force Model* - NFM), caracterizado por maior número, maior disponibilidade e maior prontidão, das forças atribuídas ao *Supreme Allied Commander Europe* (SACEUR) (Tarry, 2024). Este processo, é ainda enquadrado numa *Family of Plans* (FoP), distribuídos por áreas regionais (*Regional Plans* - RP), necessariamente interligados com os planos de defesa das nações aliadas, em linha com uma nova NATO *Command Structure* (NCS), reforçada com novos comandos de teatro e de apoio, assente num novo Conceito Estratégico (CE), e que procura dar consecução a uma dissuasão mais eficaz, por forma a prevenir a crise e, consequentemente, o conflito (Covington, 2023; Tarry, 2024).

A aprovação do *Deterrence and Defence of the Euro-Atlantic Area* (DDA), e de um conjunto de planos associados (FoP), para fazer frente à ameaça da FR, enquadram assim o processo transformacional que vem decorrendo na Aliança e, consequentemente, nas nações aliadas (Deni, 2024, p. 2).

Adicionalmente, assiste-se a um reforço da dissuasão, em prol da segurança coletiva, através da inclusão nas *core tasks*, como apresentadas no CE da Aliança: *Deterrence and Defence; Crisis Prevention and Management* e *Cooperative Security* (Szenes, 2023, p. 548).

Tarry (2024) e Covington (2023), complementam ainda que, o DDA, visa robustecer a mensagem de dissuasão, assente numa Aliança credível, coesa, pronta e mais capaz, face às ameaças, assumidas no CE da Aliança – os Grupos Terroristas (GT) e a FR (esta última como *peer adversary*).

Cavoli, como SACEUR, após o *Meeting of the Military Committee Chiefs of Defence*, refere que a DDA FoP “[...] is really the 'how' of how the alliance will operate [...]”,

¹ “Se queres a paz prepara a guerra” – expressão em latim da época romana.



(NATO, 2023a), ressaltando que o sucesso da NATO assenta na premissa de que os estados-membros integrem e implementem, como parte das suas estratégias de defesa nacional, ações contributivas e em linha com a estratégia coletiva da Aliança.

Desta forma, a transformação da NATO, implica também uma transformação nas nações Aliadas, condição que vem sendo reiteradamente aceite, e refletida, nas diversas cimeiras da NATO (Covington, 2023).

Por outro lado, “[...] apesar de Portugal ser um país com uma dimensão geográfica relativamente pequena, Adhitama (2019, pp. 51-52) destaca que Portugal desempenha um papel ativo na arena da política internacional e preponderante na segurança mundial, devido à sua posição geoestratégica no contexto da Aliança Atlântica.” (Caroço, 2023, 9º parágrafo).

É nesta conjuntura, caracterizada pela incerteza quanto ao futuro securitário da Aliança, que se enquadra este estudo.

Pretende-se preencher uma lacuna, que se entende existente, ao procurar caracterizar e analisar o processo transformacional que está em curso na NATO, resultante do DDA; consequente envolvimento, para as nações Aliadas, e, por fim, de que forma pode Portugal, neste contexto, contribuir para o objetivo global de dissuasão na NATO, tirando partido da sua posição geoestratégica face ao Atlântico, e com isso, consolidar a sua credibilidade e relevância como parceiro de referência na região euro-atlântica.

Este Trabalho de Investigação Individual (TII) encontra-se organizado com referência a dois objetivos específicos (OE), aos quais estão associadas duas questões derivadas (QD), que enquadram o objetivo geral (OG) que visa “Propor medidas que permitam a Portugal contribuir para a dissuasão da NATO, no âmbito do DDA, reforçando a relevância geoestratégica de Portugal no seio da Aliança, face ao Atlântico.”, e que enquadra a questão central (QC) sobre “De que forma pode Portugal contribuir para a dissuasão da NATO, no âmbito do DDA, reforçando a relevância geoestratégica de Portugal no seio da Aliança face ao Atlântico.”

De acordo com o enquadramento observado, entende-se que o Objeto de Estudo deste trabalho é o conceito de *Deterrence and Defence of the Euro Atlantic Area* (DDA) na NATO e consequente impacto para Portugal.

Para tal, delimitou-se este trabalho de investigação temporalmente no período que medeia de 2014 (anexação da Crimeia pela FR) até ao final de 2024.

Em termos espaciais, a delimitação é estabelecida pela área do Atlântico, coincidente com o Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente (EEINP), com ênfase no



Triângulo Estratégico (TE) nacional, definido pelo Arquipélago dos Açores, Arquipélago da Madeira e Portugal Continental.

Em termos de conteúdo, o estudo desenvolvido encontra-se delimitado ao pilar da Dissuasão, tendo como referência um conjunto de indicadores integrados na dimensão operacional, estrutural e política.

Adicionalmente, importa reter que, este TII foi condicionado a revisão de bibliografia disponível em fontes abertas e ao conteúdo das entrevistas semiestruturadas, com classificação de segurança de “Não Classificado”.

Este trabalho encontra-se organizado no formato escolar, em conformidade com a “NEP/INV – 003 (A3) (2020b) do IUM, Estrutura e regras de citação e referenciação de trabalhos escritos no Instituto Universitário Militar”.

A parte textual, é constituída pelo capítulo de introdução, seguido de um capítulo de estado da arte, com enquadramento e metodologia. Do 3º ao 5º capítulo, é feita a análise do tema com referência às duas QD e QC, respetivamente, aos quais se segue o capítulo, com as conclusões, contributos para o conhecimento e recomendações para possíveis estudos futuros, decorrentes do tema.

Por fim, reserva-se uma parte pós-textual com referências bibliográficas e apêndices, com informação considerada relevante em complemento aos objetivos propostos.



2. Estado da arte e enquadramento teórico e conceptual

Este capítulo expõe a revisão de literatura e o conceito estruturante relacionado com o Objeto de Estudo, em suporte ao modelo de análise estabelecido, assim como a metodologia e o método de análise em que assenta esta investigação.

2.1 Revisão da literatura e o conceito estruturante – *Deterrence and Defence of the Euro-Atlantic Area.*

O TII assenta no conceito de DDA, procurando caracterizar-se a transformação na Aliança, decorrente da implementação deste conceito, e resultante impacto para as nações Aliadas, com o enfoque em Portugal.

Covington (2023), conselheiro da NATO, e reconhecido como um dos elementos fundadores do DDA, ressalva que, o CE da NATO, é suportado por um novo conceito militar (i.e., DDA), e que este reflete a nova abordagem estratégica da Aliança à Dissuasão e Defesa, cuja ênfase teria sido desconsiderada desde o final da Guerra-fria.

Nesta reflexão, Covington (2023), apresenta uma perspetiva securitária da *Area of Responsibility* (AoR) do SACEUR, na dimensão operacional, estrutural e política, as motivações, e o que se pretende alcançar, assim como os desafios transformacionais, quer para a Aliança quer, muito importante, para as nações Aliadas, uma vez que existe a urgência destas adequarem as suas prioridades, capacidades e planos de defesa, com o conceito do DDA.

Antes de se proceder à abordagem do conceito estruturante - DDA, importa perceber e caracterizar a Dissuasão, que se constitui como um pilar da delimitação deste trabalho.

Donnelly, Joja, Rohac, Camberg e Soleimany (2024, p. 22), caracterizam a Dissuasão, como um efeito ou consequência, sobre um adversário, referindo que o propósito da Dissuasão é criar um efeito, na mente dos adversários, quanto ao risco de perderem algo que valorizam, reforçando ainda que, a melhor forma de evitar a guerra, é através de uma preparação contínua e credível, transmitindo uma imagem, inequívoca, das capacidades efetivas da determinação da Aliança.

O conceito de DDA (complementado no apêndice A) é definido pela NATO (2024c), como “[...] a single, coherent framework for NATO Allies to contest, deter and defend against the Alliance’s main threats in a multi-domain environment [...]” em que o DDA é suportado por um conjunto de planos militares regionais, em linha com os planos das nações aliadas e com o novo modelo de forças.



Desta forma, a implementação do conceito de DDA, está dependente da implementação de medidas pelas nações Aliadas, em linha com a transformação estratégica da NATO, como ressalva Janzen (2023, 2º parágrafo), ao referir que os planos regionais, da NATO, deverão estar ligados a “[...] 30 different national plans from every member of the alliance [...]”, reforçando a premência de que o DDA envolve as nações, e que estas deverão adotar um conjunto de ações, em linha com a orientação estratégica da NATO.

Este tema será alvo da análise no capítulo 3, durante a “Análise da transformação da NATO, resultante da implementação do conceito de DDA” (OE1), sendo que, a implementação do DDA, inicialmente prevista até 2030, foi significativamente intensificada com a invasão ilegal da Ucrânia pela FR (Tarry, 2024).

Numa segunda fase, importa analisar de que forma é que esta transformação da NATO afeta Portugal, e no que à sua política de defesa diz respeito.

Este tema será alvo da análise no capítulo 4, ao “Caracterizar a influência das mudanças na NATO, na Política de Defesa Nacional.” (OE2). Neste campo, Carço (2023, 6.º parágrafo), ressalva que “A ligação de Portugal ao Atlântico Norte tem sido, historicamente, um pilar da sua estratégia [...] e uma forma de conservar o seu estatuto de ator global (Martins & Pinéu, 2023, p. 897)” e, por outro lado, a interdependência com a NATO que “[...] é o primeiro círculo de segurança e defesa em que Portugal se inscreve (Santos, 2009, p. 125).”.

Encontram-se assim estabelecidas as bases para, no capítulo 5, dar resposta à QC com referência a um conjunto de medidas que permitam a Portugal contribuir para a dissuasão da NATO, no âmbito do DDA, reforçando a relevância geoestratégica de Portugal no seio da Aliança face ao Atlântico.

2.2 Modelo de análise

O modelo de análise seguido neste estudo encontra-se resumido na Tab. 1.



Tabela 1 - Modelo de Análise

Objetivo Geral	Propor medidas que permitam a Portugal contribuir para a dissuasão da NATO, no âmbito do DDA, reforçando a relevância geoestratégica de Portugal no seio da Aliança, face ao Atlântico.				
Questão Central	De que forma pode Portugal contribuir para a dissuasão da NATO, no âmbito do DDA, reforçando a relevância geoestratégica de Portugal no seio da Aliança face ao Atlântico;				
Objetivos Específicos	Questões Derivadas	Conceitos Estruturantes	Dimensões	Indicadores	Técnicas de recolha de dados
OE1. Analisar a transformação da NATO, resultante da implementação do conceito de DDA.	QD1. Como se caracteriza a transformação da NATO resultante da implementação do DDA.	DDA	Política Estrutural Operacional	CE da NATO DDA FoP NFM NCS VA <i>Enablement</i> Resiliência Financiamento	Revisão documental Entrevistas Semiestruturadas
OE2. Caracterizar a influência das mudanças na NATO, na Política de Defesa Nacional.	QD2. De que forma a política de defesa nacional é afetada pelas mudanças na NATO.	DDA	Política Estrutural Operacional	CEDN PDN NFM NCS VA <i>Enablement</i> Resiliência Financiamento	Revisão documental Entrevistas Semiestruturadas

2.3 Metodologia

A metodologia adotada segue um raciocínio indutivo, que tem como referência uma operação mental, com base na observação de factos particulares, relacionados com o objeto



de estudo, estabelecer generalizações que permitam formular uma teoria (Santos & Lima, 2019, p. 18).

Resultante da natureza do problema adotou-se uma estratégia qualitativa, dada a natureza indutiva e descritiva do estudo em causa, sustentada na análise de dados resultante da revisão de literatura e das entrevistas semiestruturadas, com referência aos indicadores selecionados (Santos & Lima, 2019, p. 27).

Para tal, é ainda adotado um desenho de pesquisa, definido como *Estudo de Caso*, descritivo, tendo como referência os indicadores adotados como forma de caracterizar o processo transformacional resultante do DDA e o impacto sobre Portugal (Santos & Lima, 2019, p. 36-37).

2.4 Método

2.4.1 Participantes e Instrumentos de recolha de dados

A recolha e tratamento de dados foi essencialmente realizada através de análise documental, de fontes primárias e secundárias, “[...] sabendo que a estratégia de investigação qualitativa, por força da sua abrangência, permite que tudo seja suscetível de ser analisado [...]” (Santos & Lima, 2019, p. 113).

Adicionalmente, recorreu-se a entrevistas semiestruturadas, de entidades militares e civis, com funções de relevo relacionadas com os indicadores em causa, como recurso fundamental para o investigador pois, em certas áreas ou domínios, foi o único instrumento de recolha disponível, face à *aridez* do assunto, provocado, em parte, pela atualidade do mesmo, mas também, pelas questões de classificação de segurança, que limitam a disponibilidade de informação (Santos & Lima, 2019, p. 83).

2.4.2 Técnica de tratamento de dados

A análise documental incidiu no conceito estruturante, e seu impacto transformacional na NATO e Portugal, face às dimensões e indicadores definidos, tendo como referência as diferentes palavras-chave identificadas, por forma a suportar as QD e com isso, construir as propostas adequadas, face à QC.

Da mesma forma, os guiões a utilizar nas entrevistas semiestruturadas, foram ajustados para suportar a obtenção de dados que, através da técnica simplificada de análise, se encontram refletidos no processo de análise dos objetivos, assim como na resposta às questões derivadas e central.



3. A transformação da NATO, resultante da implementação do conceito de *Deterrence and Defence of the Euro-Atlantic Area*.

“NATO is in the midst of a profound and once-in-a-generation shift [...] reflected in fundamental changes to NATO’s architecture, plans, and policies but also, and just as importantly, in the mindset of individual Allies [...]” (Tarry, 2024, p. 358).

Neste parágrafo será analisada a transformação da NATO, nas dimensões Operacional, Estrutural e Política, e com referência aos indicadores selecionados.

3.1 Análise aos indicadores que caracterizam o processo transformacional da NATO, no âmbito do DDA

3.1.1 Conceito Estratégico da NATO

Com a aprovação do CE da NATO, Tarry (2024) e (Covington, 2023), referem que ficaram asseguradas as condições para a transformação da NATO, permitindo mudanças de fundo, nomeadamente em termos da *NATO Command Structure*, do *NATO Force Model* e do *NATO Defence Planning Process* (NDPP).

Szenes (2023, p. 548), refere que o CE da NATO, aprovado em 2022, vem consolidar e dar cobertura às iniciativas já em decurso, resultantes do *NATO Military Strategy* (MS), aprovado em 2019, e do conceito de DDA, aprovado em 2020, reforçando a dissuasão, como pilar crucial para a defesa coletiva.

Ficam, desta forma, estabelecidas as condições para suportar a implementação do DDA, consubstanciando a transformação da NATO, face às novas ameaças.

3.1.2 *Deterrence and Defence of the Euro-Atlantic Area - Family of Plans*

“The DDA family of plans [...] include three regional plans [...] as well as plans for logistics and sustainment [...]” (Monaghan et al., 2024, p. 2).

A DDA FoP impacta não só a NATO, com a implementação de um conjunto de planos regionais, para tempo de paz, crise e conflito, cobrindo os diversos domínios de operação (*multidomínio*), e as forças/capacidades requeridas, mas, existe toda uma dependência para com os planos nacionais de defesa, das nações aliadas, como forma de exponenciar e consolidar as capacidades militares da Aliança, quer em termos de preparação - em tempo de paz, quer em termos de emprego operacional, durante uma crise ou conflito (Janzen, 2023; Deni, 2024, p. 2).

Tarry (2024) e Covington (2023), reiteram esta dependência ao referir que os RP deverão estar interligados com os planos de defesa nacionais, complementando esta



abordagem com uma referência à integração e interoperabilidade das forças, através do processo da DDA FoP.

Esta interdependência, reforçada por Cavoli (NATO, 2023a), leva a que as nações aliadas não só tenham que desenvolver (atualizar) os seus planos nacionais de defesa, mas que estes devam estar alinhados com a estratégia comum publicada pela NATO, de acordo com o DDA.

3.1.3 NATO Force Model

O NFM foi desenvolvido como forma de efetivar o DDA, procurando assegurar as necessidades em termos de capacidades e forças previstas nos planos e na nova estrutura de comando (Deni, 2024, p. 1 e 2; Monaghan et al., 2024, p. 7; NATO, 2022b).

O NFM é, assim, caracterizado por um maior número de forças atribuídas ao SACEUR, com maior disponibilidade e com uma maior prontidão por forma a conseguir dar resposta a múltiplas situações de crise ou conflito, que possam ocorrer em simultâneo, condicionantes essas que resultaram da observação do conflito na Ucrânia (Tarry, 2024).

Janzen (2023) ressalva que o *three-tiered system* (fig. 1) mais do que triplica o número de forças atribuídas à NATO, tendo sido estruturado com base em cenários de *near-peer adversaries*, deixando claro que, o NFM, tem a FR como ameaça de referência.

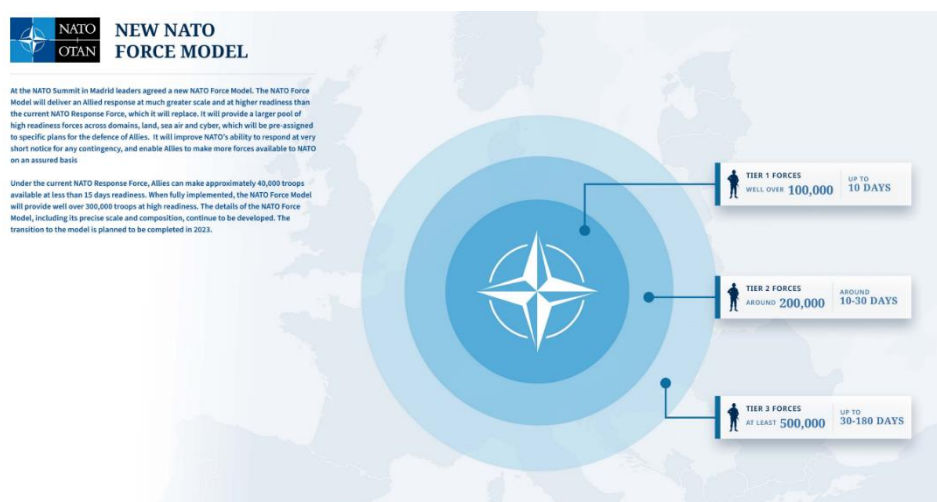


Figura 1 - NATO Force Model

Fonte: NATO (2022c)

O NFM fica ainda marcado por novas exigências em termos de aprontamento, treino e qualificação/certificação dos níveis de prontidão e capacidade operacional, das forças,



ressalvando-se ainda, como mais-valia resultante deste processo, o contributo para a interoperabilidade e standardização (Tarry, 2024).

Esta situação assume, no entanto, particular impacto sobre as nações, porquanto os desafios observados, em termos de recrutamento e retenção, afetam a requerida prontidão e disponibilidade das forças, situação corroborada através dos referidos processos de certificação levados a cabo pela NATO (Monaghan et al., 2024, p. 8).

Covington (2023), complementa ainda que, nem só de tropas é constituída uma capacidade operacional, sendo que estas forças e material/equipamento, acarretam uma sobrecarga nos sistemas de forças das nações, para dar resposta aos DDA FoP.

A implementação do NFM reflete assim, um desafio direto para as nações Aliadas, pois é sobre elas que recai a responsabilidade de treinar, equipar e suportar essas forças – numa altura, em que as nações Aliadas passam por dificuldades em termos de recrutamento e retenção de pessoal militar (V. Hilário, entrevista *email*, 10 de março 2025).

3.1.4 NATO Command Structure

Monaghan et al. (2024, p. 8), caracteriza as alterações à NCS como condição essencial para permitir a implementação e execução dos RP da NATO, resultantes do DDA.

As alterações na NCS refletem a exploração de novos domínios, como seja o *Cyber* e o Espaço, ou os desafios, resultantes da integração da operação com “[...] long range fires [...]” consubstanciando uma realidade de operação em multidomínio, que se reflete em necessidades de Comando e Controle (C2) adaptado e adequado para esse fim (Janzen, 2023; NATO, 2021; Deni, 2024, p. 4).

Diego (2024, p. 88), destaca, como parte da “5ª transformação da NATO”, a criação dos novos centros de comando conjuntos, com ênfase no “[...] third JFC in Norfolk [...]”, e no “[...] Joint Support and Enabling Command (JSEC) [...]”.

No que ao *enablement* diz respeito, assiste-se ainda à passagem do JSEC da NATO *Force Structure* (NFS) para a NCS, assim como, de um aumento significativo em termos de pessoal, reforçando a capacidade de reforço e sustentação, como contributo crucial para a dissuasão, porquanto transmite uma mensagem de credibilidade e compromisso, para com as capacidades operacionais (Lindley-French, 2021, p. 13).

Antecipando o desafio de conseguir responder a esta necessidade de reforço, em termos de pessoal militar, a NATO está a analisar a possibilidade de recorrer a pessoal civil, para preencher lugares de apoio, na NCS, libertando o pessoal militar para preencher cargos,



diretamente relacionados com a operação (P. Mateus, entrevista por *Zoom*, 18 de fevereiro de 2025).

Tal como observado para o NFM, as necessidades de pessoal, para preencher os cargos numa NCS mais robustecida, coloca uma pressão adicional nas nações aliadas, nomeadamente pelas questões referidas de recrutamento e retenção.

3.1.5 *Vigilance Activities*

As *Vigilance Activities* (VA) consistem num conjunto de ações, como sejam: exercícios, missões de vigilância, fiscalização e patrulhamento, entre outras, que, em tempo de paz, representam um contributo decisivo para a dissuasão (Janzen, 2023).

As VA são realizadas, tendo como referência orientações estratégicas do SACEUR, devendo ser complementadas com recurso a ações de comunicação estratégica, como forma de difundir e dar a conhecer [aos potenciais adversários] as capacidades operacionais da Aliança (Covington, 2023).

Tarry (2024) refere ainda que, as VA, ao promoverem a dissuasão, contribuem para a liberdade de navegação e aumento da consciência situacional do que se passa, em termos securitários, na AoR do SACEUR.

Covington (2023), reforça a importância das VA, ao referir que, a prevenção de um conflito começa, desde logo, em tempo de paz, com recurso à dissuasão, realçando assim o papel crítico que as VA representam neste processo.

Adicionalmente, as VA, ao estimularem a operação dos meios militares, contribuem para consolidar a interoperabilidade, standardização, prontidão e eficácia, das forças, reforçando desta forma a mensagem pretendida em prol da dissuasão, ao transmitirem uma imagem de capacidades operacionais, robustas e credíveis (Tarry, 2024).

Desta forma a implementação do DDA assume que as nações deverão desenvolver VA, devidamente coordenadas com o SACEUR, em prol da dissuasão e, conseqüentemente, da segurança coletiva.

3.1.6 **Resiliência**

“A resiliência é a capacidade de uma sociedade para resistir e recuperar rapidamente de [...] choques, e combina a prontidão civil e a capacidade militar. A resiliência constitui uma responsabilidade nacional [...]” (MDN, 2025).

O CE da NATO, reitera o papel da resiliência como elemento crítico para as *core tasks* da Aliança (NATO, 2024d), condição que encontra reflexo na Cimeira de Washington



(NATO, 2024b), onde os aliados concordaram em reforçar a resiliência nacional através da integração do planeamento civil de emergência no processo de defesa coletiva.

Importa assim reter, desta posição, que a resiliência nacional requer o envolvimento da sociedade civil, em complemento à Defesa militar, pois, como alerta Sollfrank e Boeke (2024, p. 22), “[...] The military cannot deter and defend without support from other government agencies and civilian and commercial stakeholders.”.

Adicionalmente destaca-se, como parte da Resiliência, a salvaguarda de infraestruturas críticas, como sejam, a título de exemplo, as infraestruturas críticas submarinas, porquanto estas providenciam serviços essenciais, quer para a população civil, quer para as forças militares (NATO, 2024b).

Tarry (2024), alerta, no entanto, para o facto que, na prática, as nações aliadas, falham no cumprimento das responsabilidades neste campo, comprometendo o esperado contributo para a dissuasão e, conseqüentemente, para a defesa coletiva.

Thomas et al. (2020), reforçam a importância da resiliência nacional ao referir que a capacidade de uma nação para resistir e sobreviver a um ataque militar está profundamente dependente do estado das suas infraestruturas civis, recursos e preparação.

Importa assim refletir que a resiliência civil é fundamental para a sobrevivência de uma nação e da sua capacidade para continuar a manobra militar, em caso de conflito. Encontra-se diretamente interligada com a capacidade para assegurar o *enablement* e com as condições de segurança de infraestruturas críticas, seja em tempo de paz, seja em crise e conflito. A dependência de outras áreas externas à Defesa, requer ainda o envolvimento da área governativa como mediador ou facilitador.

3.1.7 *Enablement*

“The force structure requirement is not just tanks and ships and fighter planes. A large part of it is the required enablement, the required logistics [...]” (Dowd, Jankowski & Cook, 2023, p. 8).

Lindley-French (2021, p. 11), caracteriza o *enablement* na NATO como um pilar crucial para a dissuasão, porquanto a capacidade de movimentar forças e recursos na AoR, é crítica para efetivar uma capacidade operacional credível.

Para Knappe e Boeke (2021, p. 35) e Thomas, Williams e Dyakova (2020), *enablement* é um conceito abrangente, que se encontra particularizado em quatro categorias: capacidades, infraestruturas, autoridades e legislação (governança) e C2. Estas características, apresentam um conjunto de desafios para as nações aliadas que, segundo



Lindley-French, (2021, p. 11), deverão ser considerados no processo de planeamento do *enablement* por forma a garantir o sucesso do reforço e sustentação e, conseqüentemente, da dissuasão.

Sollfrank e Boeke (2024, p. 19) referem que é essencial, o papel ativo da governação, e por vezes da sociedade em geral, na edificação e facilitação do *enablement*. Os mesmos autores, ressaltam ainda o papel do JSEC em apoio ao conceito de *Reinforcement and Sustainment Network*, que se caracteriza por uma “[...] physical layer – the infrastructure – and a functional layer – all the rules, regulations that make movement possible [...]” (Sollfrank & Boeke, 2024, p. 16).

- Estas condições podem assim ser caracterizadas como físicas, onde se ressaltam infraestruturas militares ou civis, (e.g., zonas de receção de pessoal/material, linhas de comunicação, etc.), a disponibilizar pelas nações (P. Mateus, *op. cit.*; Sollfrank & Boeke, 2024);
- Do ponto de vista funcional, observa-se a necessidade de agilizar critérios na área da governança, por forma a facilitar a receção e movimentação expedita de bens e pessoas, de natureza militar. Situação que se intensifica porquanto é expectável que uma coluna logística, possa ter de atravessar múltiplas nações aliadas até ao seu destino final, havendo a necessidade de uma harmonização e standardização que deverá ser desenvolvida em tempo de paz (Sollfrank & Boeke, 2024, p. 16).

As nações aliadas precisam assim de robustecer e consolidar o processo de *enablement* do ponto de vista físico e funcional, assegurando os regulamentos, as infraestruturas e as capacidades de C2, adequadas à receção e movimento de forças, material e equipamento, de forma eficiente, assim como de armazenagem de *stocks*, onde e como necessário.

3.1.8 Financiamento

“The Defence Investment Pledge (DIP), [...] called for all Allies to stop cuts to defence budgets [...] and to move towards spending at least 20% of annual defence expenditure on new major equipment [...]” (NATO, 2024c).

Apesar da média dos países europeus (fig. 2), ter alcançado os 2% do PIB, de despesa em defesa, a realidade é que, nem todos, individualmente, cumprem este objetivo, numa altura em que ganha forma a retórica que poderá ser necessário aumentar este indicador, assim como a premência quanto à forma como esse investimento deverá ser feito (McInnis & Fata, 2023, p. 3).

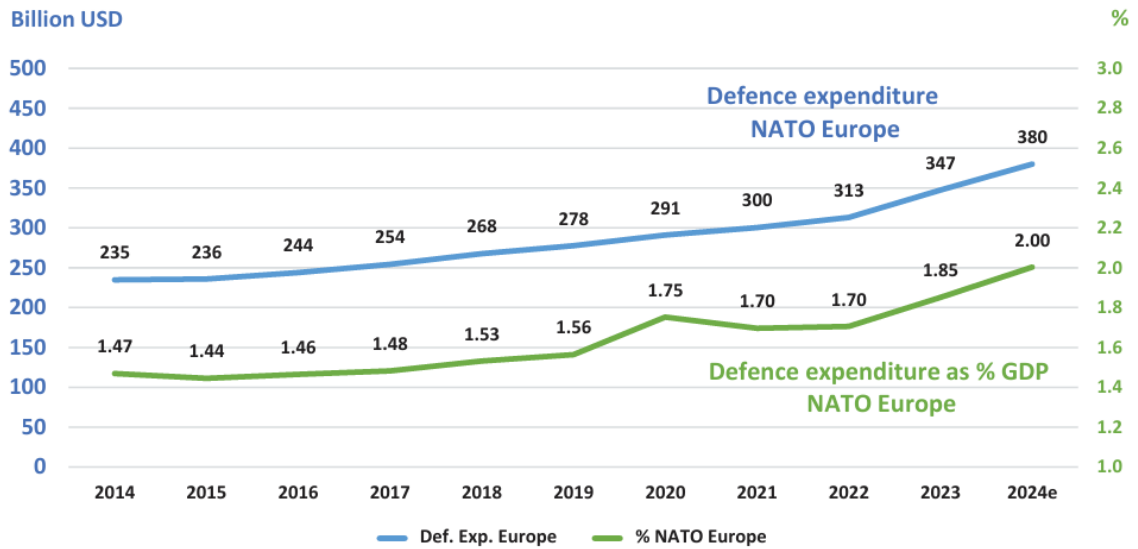


Figura 2 - Evolução da despesa referente a países europeus/NATO

Fonte: retirado de Monaghan et al. (2024, p.4)

Rudzīte-Stejskala (2021, p. 1), apresenta uma mudança no paradigma da discussão do financiamento, ao introduzir os “[...] 3Cs: cash (defence spending); capabilities (implementation of capability targets); and contributions (to operations and missions)”. Também Monaghan et al. (2024, p. 4), ao reiterarem a importância do investimento em defesa com enfoque no *What* – por forma assegurar que o investimento é feito nas capacidades adequadas (face à ameaça), e no *How* – estimulando a cooperação e interação entre as nações, vem reforçar o enfoque na despesa, com referência às referidas - *capabilities & contributions*.

McInnis & Fata (2023, p. 6) apresentam ainda a ligação das nações ao NDPP, para edificação de capacidades críticas em prol do DDA, caracterizando este como um desafio para os aliados, e reiterando a possibilidade de poder ter de haver um aumento face ao acordado na Cimeira de Gales.

Desta forma, recai sobre as nações a pressão de, não só ajustarem os seus níveis de investimento em defesa, face ao acordado no DIP, mas acutelarem a forma e o como (*What & How*), deverão ser realizados estes investimentos, por forma a salvaguardar os objetivos impostos em termos de capacidades críticas, pela Aliança, como parte do processo transformacional e de capacitação em prol do DDA.



3.2 Síntese conclusiva e resposta à Questão Derivada 1

A NATO está num processo de transformação nas dimensões operacional, estrutural e política, resultante da alteração nas questões securitárias, decorrentes da anexação da Crimeia em 2014 e, mais recentemente, da invasão ilegal da Ucrânia, em 2022 (Diego, 2024, p. 88).

Da revisão de literatura, e das entrevistas efetuadas, para “Analisar a transformação da NATO, resultante da implementação do conceito de DDA” (OE1), resultaram um conjunto de indicadores, caracterizados na dimensão operacional, estrutural e política, que enquadram o processo transformacional em curso, e permitem dar resposta à QD1, “Como se caracteriza a transformação da NATO, resultante da implementação do DDA.”, que se descreve em seguida.

Na dimensão operacional, a implementação da DDA FoP, estabelece todo um conjunto de planos e ações em ambiente multidomínio, para tempo de paz, crise e conflito, devendo estar alinhados com os planos nacionais de defesa, a desenvolver pelas nações. Enquadram ainda as VA, como conjunto de iniciativas operacionais, em tempo de paz, como sejam: exercícios, treino, missões de vigilância e patrulhamento que, levadas a cabo, em linha com as orientações da NATO, no todo, contribuem para a dissuasão.

Na dimensão estrutural, assinala-se o NFM, como forma de efetivar o DDA, caracterizado por um maior número de forças, avaliadas e certificadas, atribuídas ao SACEUR, com maior disponibilidade e com maior prontidão, dando corpo às capacidades previstas nos planos, em termos de necessidades de pessoal, material e equipamento. Destaca-se ainda a NCS, cujas alterações refletem as necessidades de C2, nomeadamente, com a criação de novos centros de comando, tendo como referência as novas ameaças e tipologia de conflito, numa modalidade de operações multidomínio. No global, a consecução destes indicadores coloca uma pressão acrescida nas nações em termos de disponibilidade de pessoal, material e equipamento.

A dimensão política, enquadra alguns indicadores cruciais, pois servem de base ao processo transformacional e à edificação do DDA, no todo. Destaca-se, neste aspeto, o CE da NATO, que reforça o papel da dissuasão, na defesa coletiva, e suporta a implementação do DDA; e as questões de financiamento, com uma referência aos compromissos assumidos no DIP, porquanto afetam a edificação de capacidades e dos restantes indicadores. Ainda nesta dimensão, ressalva-se a resiliência, crucial para a efetivação da dissuasão, ao consubstanciar uma capacidade de resistência, sobrevivência e recuperação, de um ataque,



estando associado o envolvimento da sociedade civil e, por fim, o *enablement*, que, ao permitir o reforço e sustentação, de forma credível e continuada, se assume, como um pilar crucial da dissuasão.

Por último, importa reter que estes indicadores recaem significativamente na esfera de execução das nações aliadas, razão pela qual se procederá à análise do impacto dos mesmos face a Portugal, no próximo capítulo.



4. A política de defesa nacional e a transformação da NATO

A política de defesa nacional de Portugal está intrinsecamente ligada à sua participação e envolvimento na NATO (Caroço, 2023, 9º parágrafo).

Desta forma, as mudanças observadas na NATO, resultantes da implementação do DDA, deverão encontrar reflexo na estratégia de defesa nacional, com maior ou menor impacto e visibilidade (A. Baltazar, entrevista por *email*, 03 de março de 2025).

Pretende-se assim, neste parágrafo, observar de que forma, a transformação que está a ocorrer na NATO, encontra reflexo nas ações e na política de defesa nacional, tendo como referência as dimensões e os indicadores adotados no capítulo anterior.

4.1 Análise, nas ações e política de defesa nacional, dos indicadores de transformação da NATO

4.1.1 Conceito Estratégico de Defesa Nacional

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) “[...] define os aspetos fundamentais da estratégia global a adotar pelo Estado para a consecução dos objetivos da política de segurança e defesa nacional.” (CEDN, 2013, p. 6).

Por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e da Ministra da Defesa Nacional, foi formado o Conselho de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CRCEDN, 2023, preâmbulo), com o objetivo de “[...] adotar um novo conceito estratégico de Defesa Nacional e interligações possíveis ao conceito estratégico da NATO [...]” (Governo, 2024, p. 100), reconhecendo-se, assim, da necessidade de atualizar o CEDN, salvaguardando o alinhamento estratégico, em termos de segurança e defesa, com a NATO.

Esta opção, apresenta-se premente porquanto, o atual CEDN, ao referir, i.e., “[...] a determinação da OTAN em aprofundar as relações com os seus parceiros estratégicos, incluindo a UE e a Rússia [...]” (CEDN, 2013, p. 21), encontra-se desajustado face à nova caracterização de ameaça e prioridades estratégicas, na NATO.

Consequentemente, não consubstancia as orientações necessárias para a atualização dos restantes documentos fundamentais para a Defesa, como sejam o Conceito Estratégico Militar (CEM), as Missões das Forças Armadas (MIFA), o Sistema de Forças Nacional (SFN), o Dispositivo e “[...] os Recursos Humanos e Materiais que corporizam esta construção estratégica estruturante.” (Ramalho, 2023, p. 250; A. Baltazar, 2025, *op. cit.*).



4.1.2 Plano de Defesa Nacional

A Diretiva Estratégica do Estado-Maior-General das Forças Armadas, (DEEMGFA), estabelece (fig. 3) a elaboração do Plano de Defesa Nacional (PDN), (EMGFA, 2023, p. 6).

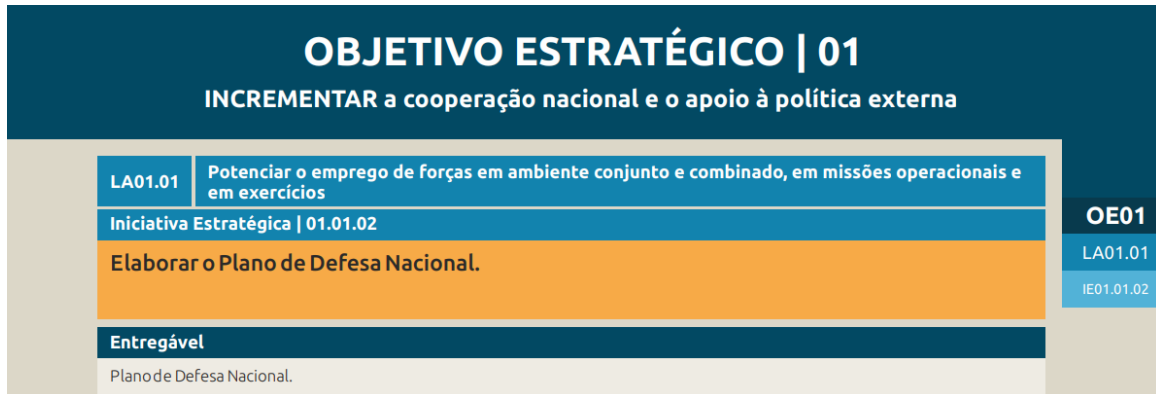


Figura 3 – PDN

Fonte: EMGFA (2023)

De acordo com a DEEMGFA, o PDN deve abranger “[...] os domínios (marítimo, terrestre, aéreo, espaço e ciberespaço), no âmbito da proteção e defesa do território nacional [...] em linha com os dos respetivos planos regionais [...]” do *Joint Forces Command Norfolk* (JFCNF) e do *Joint Forces Command Naples* (JFCNP) (EMGFA, 2023, p. 13), assegurando-se, desta forma, a interligação com os RP, estabelecidos na DDA FoP.

Dada a criticidade do PDN, para a Defesa Nacional, o mesmo deverá ser enquadrado com o refletido na Proposta de Orientações Políticas e na Diretiva Estratégica de Planeamento², assegurando assim que é elaborado com referência às orientações políticas e estratégicas, que consubstanciam os mais elevados interesses nacionais neste campo (J. Alves, entrevista presencial, 26 de fevereiro de 2025).

A interligação e dependência do PDN, para com o CEDN é crítica, porquanto o mesmo, deverá refletir e operacionalizar as linhas estratégicas a observar no CEDN, reforçando assim, a criticidade de proceder à atualização deste, em tempo (P. Mateus, *op. cit.*).

4.1.3 NATO *Force Model*

A transformação da NATO encontra-se efetivada no NFM que dá corpo ao DDA FoP (P. Mateus, *op. cit.*).

² O teor dos documentos nacionais, referidos neste parágrafo, são classificados, pelo que não são citados nem incluídos nas referências bibliográficas.



Ainda que, no imediato, para Portugal, o NFM, resulte na transição das forças do anterior modelo para o atual (J. Alves, *op. cit.*), importa manter presente que, com a consolidação do NFM, recai sobre as nações aliadas a exigência de suportarem um maior número, maior disponibilidade e maior prontidão de forças, assim como maior exigência em determinadas capacidades operacionais, consideradas críticas para a defesa coletiva da Aliança (Tarry, 2024).

Por outro lado, “Portugal, tem experimentado dificuldades no recrutamento e na retenção de militares.” (V. Hilário, *op. cit.*). Este desafio, impõe uma pressão acrescida sobre o dispositivo nacional, pois compete de forma intensa, com os restantes compromissos da defesa, do qual se ressalvam as questões relativas à autodefesa, em prol da soberania nacional (P. Mateus, *op. cit.*).

Ramalho (2023, p. 248), ressalva ainda a importância de garantir “[...] reservas de guerra que permitam às Forças Armadas a resiliência necessária [...] e a sua sustentação logística em operações.”.

O reforço, em termos de pessoal, material e equipamento, por forma a consubstanciar as capacidades necessárias recai na esfera da revisão dos documentos estratégicos, enquadramentos da política de defesa nacional (P. Mateus, *op. cit.*), e dos devidos reforços financeiros.

O NFM, como referido no capítulo anterior, caracteriza-se ainda por um intensificar do processo de avaliação e certificação, como forma de validar a prontidão, organização e capacidade operacional das forças, colocando uma pressão acrescida sobre as nações (incluindo Portugal), pois é preciso garantir que as forças disponibilizadas estão treinadas e equipadas de acordo com os *standards* e requisitos NATO (Deni, 2024, p. 6).

4.1.4 NATO *Command Structure*

O preenchimento das posições que constituem a estrutura do NCS, segue um modelo de atribuição de cargos por nação aliada, que, devido às alterações observadas, com a criação de novas estruturas de comando e/ou reforço das existentes, implica que as nações terão de corresponder com maior contribuição de pessoal (P. Mateus, *op. cit.*).

Por outro lado, “Em termos de defesa e segurança, a presença ativa em estruturas internacionais, como a NATO, é fundamental” (V. Hilário, *op. cit.*).

P. Mateus (*op. cit.*), alerta para que, com a criação de novas estruturas de comando, na NCS, Portugal deva ainda “[...] priorizar a colocação de militares nacionais nos centros de comando da NATO que impactam diretamente a sua AoR”.



Esta linha de ação pretende assegurar a influência nacional nas decisões estratégicas e operacionais da NATO, garantindo a salvaguarda dos interesses nacionais e potenciando a posição geoestratégica de Portugal no Atlântico, principalmente numa situação de crise ou conflito, em que o EEINP assuma um papel crítico no *enablement* da NATO (P. Mateus, *op. cit.*).

A colocação de militares nacionais em lugares chave, na NCS, como o JFCNF, JFCNP e JSEC, deverá, assim, ser uma forma eficaz de assegurar e promover os interesses nacionais (V. Hilário, *op. cit.*).

A possibilidade da NATO recorrer a pessoal civil, para ocupar cargos na NCS, não diretamente relacionados com a operação, poderá ser uma solução viável, permitindo que Portugal preserve os seus recursos militares para lugares chave (P. Mateus, *op. cit.*).

Por último, importa recuperar o papel crucial que a definição atempada da estratégia e da política de defesa nacional assumem também neste processo, pois como F. Leitão (entrevista por *email*, 17 de fevereiro de 2025) refere, a “capacidade de influenciar situa-se também ao nível político”, reforçando o impacto e a importância de rever e atualizar os documentos estratégicos da defesa, face ao novo paradigma organizacional e estrutural da NATO.

4.1.5 *Vigilance Activities*

Ribeiro (2025), alerta que os “[...] Açores estão a tornar-se uma área nevrálgica da geoestratégia mundial, pelas [...] rotas estratégicas e infraestruturas críticas submarinas nas suas proximidades.”

Desta forma, “Este quadro dá ênfase ao papel de Portugal enquanto produtor credível de segurança internacional [...] no âmbito da segurança marítima e aérea nos espaços sob responsabilidade nacional [...]” (CRCEDN, 2023, p. 9).

É com esta responsabilidade presente que Portugal, já executa todo um conjunto de missões de treino, vigilância, patrulhamento e fiscalização marítima, no EEINP, que coordenadas através do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), encontram reflexo no conjunto de atividades reportadas para o SACEUR, resultando desta forma como contributos para as VA da NATO (J. Alves, *op. cit.*).

O processo atualmente em vigor, é enquadrado através das “DIROP 123/CEMGFA/23” e “DIROP 156/CEMGFA/23”, e suportam a realização deste tipo de missões, que contribuem para as VA da NATO e, num modelo de *duplo uso*, em prol da



soberania nacional, contribuindo para a segurança e integridade das rotas transatlânticas e da segurança das infraestruturas críticas submarinas (J. Alves, *op. cit.*; F. Leitão, *op. cit.*).

No futuro, as VA, realizadas no EEINP, deverão estar enquadradas pelo PDN, e ser reportadas através do NATO *Deterrence Reporting Tool* (NDRT), como forma de divulgação e acompanhamento, por parte do SACEUR (J. Alves, *op. cit.*).

L. Serôdio (entrevista por email, 10 de março de 2025), destaca que Portugal deve patrocinar e promover eventos relacionados com as VA da NATO, reforçando a sua posição geoestratégica no Atlântico e consolidando o seu papel como parceiro estratégico na segurança transatlântica e na dissuasão da Aliança.

P. Mateus (*op. cit.*), apresenta ainda como opção viável a execução “[...] de exercícios, conferências, projetos inovadores [...]” como forma de dinamizar a realização, e eventos, de VA no EEINP.

4.1.6 Resiliência Civil

Serôdio (2020, p. 4) observa que as Forças Armadas Portuguesas (FFAA) não evidenciam estar a operacionalizar a resiliência de forma sistemática e organizada, perante a falta de evidências de que a resiliência nacional esteja implementada de forma sólida e consistente.

A representação nacional, junto da NATO, no que à Resiliência Nacional (e.g., *Civil Preparedness*) diz respeito, recai sobre o Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE), que observa os sete Requisitos Base, como definidos pela NATO (J. Oliveira, entrevista pessoal, 25 de fevereiro de 2025), e cujo foco é: garantir a continuidade do governo, a manutenção dos serviços críticos à população e o apoio às forças militares, em situação de crise ou conflito, utilizando meios civis (Serôdio, 2020, p. 3).

J. Oliveira (*op. cit.*), reconhece que “Portugal tem planos e ações desenvolvidas ao nível da *Civil Preparedness*, e que estes estão focados e dirigidos para situações críticas de catástrofe civil”. Ainda neste âmbito, P. Mateus (*op. cit.*), reforça que os planos nacionais referentes à resiliência, cobrem algumas das exigências da NATO, mas enfrentam desafios na resposta a crises e conflitos de alta intensidade, corroborando assim a necessidade de ajustar os planos, e capacidades existentes, com requisitos específicos, para fazer face a situações de foro militar.

Desta forma, “Embora existam interações entre o CNPCE e [...] o EMGFA, importa consolidar esta capacidade através da definição dos requisitos específicos, por parte da



defesa militar, para que, a CNPCE, possa efetivar os planeamentos necessários para dar a resposta a uma situação de conflito militar.” (J. Oliveira, *op. cit.*).

P. Mateus (*op. cit.*) refere ainda que Portugal enfrenta um desafio adicional, face à falta de preparação e sensibilidade por parte da população civil, para fazer face a situações de conflito militar, situação que compete à governação resolver.

Também aqui, J. Oliveira (*op. cit.*) reforça a importância de, num modelo de duplo uso, Portugal educar e preparar a população civil, numa mentalidade de que a Resiliência é uma responsabilidade e um contributo de todos.

Serôdio (2020, p. 3-4) ressalva que “[...] nações mais resilientes tornam-se alvos menos atrativos, uma vez que diminui a probabilidade de sucesso de um ataque, incrementando assim dissuasão.”.

4.1.7 ***Enablement***

“Portugal participa nos programas globais de *enablement* da NATO através de contribuições nacionais em LOGFAS³, disponibilizando infraestruturas e capacidades nacionais.” (J. Alves, *op. cit.*).

No passado recente, Portugal apoiou exercícios de alta visibilidade na área do *enablement* - quer em apoio, quer como *Host Nation* - HN (F. Leitão, *op. cit.*). A título de exemplo, a fig. 4, reflete o envolvimento do Agrupamento Logístico Conjunto do Comando Conjunto para as Operações Militares, do EMGFA, responsável pela condução das operações logísticas de receção e transporte de meios e equipamento militar, no âmbito do exercício “*Atlantic Resolve 24*”.

³ LOGFAS: *Logistics Functional Area Services*.



Figura 4 - Atlantic Resolve 24

Fonte: EMGFA,

<https://www.emgfa.pt/pt/comunicacao/noticias/Paginas/Atlantic-Resolve-24.aspx>

J. Alves (*op. cit.*), refere que Portugal, apesar de parceiro ativo e consciente, do seu posicionamento estratégico, face ao Atlântico, em prol da livre circulação das rotas marítimas e aéreas, essenciais para o *enablement*, não tem ainda, um papel ativo neste campo, nomeadamente no JSEC.

Face a esta situação, P. Mateus (*op. cit.*), reforça que Portugal, pela sua localização estratégica no Atlântico, deve desempenhar um papel central no *enablement* da NATO, reiterando que, ao contribuir para uma navegação segura no Atlântico, seja por via marítima, seja por via aérea, e para a facilitação na entrada e trânsito de forças aliadas, no continente Europeu, reforçaria a capacidade operacional da Aliança, contribuindo assim para a dissuasão.

No entanto, do ponto de vista físico, F. Leitão (*op. cit.*), faz um alerta referindo que “A relevância terá que ser conseguida através da dimensão qualitativa das infraestruturas nacionais [...]”, deixando claro que não será conseguida à custa de uma mera existência na ponta oeste da Europa.

Ainda neste campo, e com referência ao DoD (2024), o recurso a fundos NATO *Security Investment Programme* (NSIP), da NATO, permitiria robustecer a capacidade de resposta nacional, impulsionaria a economia, e consolidaria a posição de Portugal (V. Hilário, *op. cit.*).

Do ponto de vista funcional, L. Serôdio (*op. cit.*) refere que “Portugal deve tomar a iniciativa de agilizar os seus processos governativos (i.e. através de processos legislativos específicos) como forma de facilitar a receção, armazenamento e trânsito de tropas, material



e equipamento militar, [...] e, com isso, consolidar a sua posição de parceiro geoestratégico face ao Atlântico.”

Por último, P. Mateus (*op. cit.*) conclui que deve ser equacionada a alocação de elementos nacionais no JSEC, como forma de assegurar que a posição estratégica [de Portugal] no Atlântico, é refletida nas operações do *enablement* da NATO.

4.1.8 Financiamento

“O aumento do orçamento da defesa para 2% do PIB de acordo com o compromisso assumido no quadro da NATO, é indispensável para a modernização e a sustentação das capacidades militares.” (CRCEDN, 2023, p. 7).

Com base no financiamento, Portugal, ainda que tenha vindo a aumentar a despesa em defesa, como apresentado na fig. 5, continua aquém dos compromissos assumidos de “[...] spend a minimum of 2% of their GDP on defence.” (NATO, 2014).

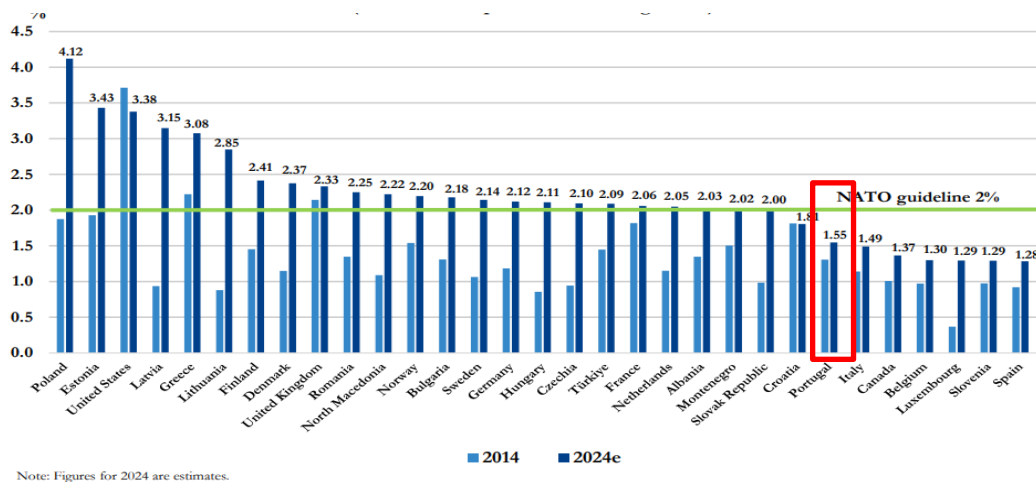


Figura 5 - Despesa por país NATO referente a 2014/2024

Fonte: NATO, (2024a), realce do autor.

De acordo com V. Hilário (*op. cit.*) “O investimento superior a 2% do PIB pode ser uma solução estratégica, [...] quando há um claro reconhecimento de que o desinvestimento das últimas décadas possa ter comprometido capacidades”, deixando assim em aberto a possibilidade de Portugal poder ter que alargar este objetivo para valores superiores aos 2% do PIB.

Em termos de percentagem do investimento em defesa, que é direcionado para o reequipamento e capacitação, observa-se, na fig. 6, uma tendência de crescimento positiva, sendo atingido e ligeiramente ultrapassado o compromisso assumido dos 20%.

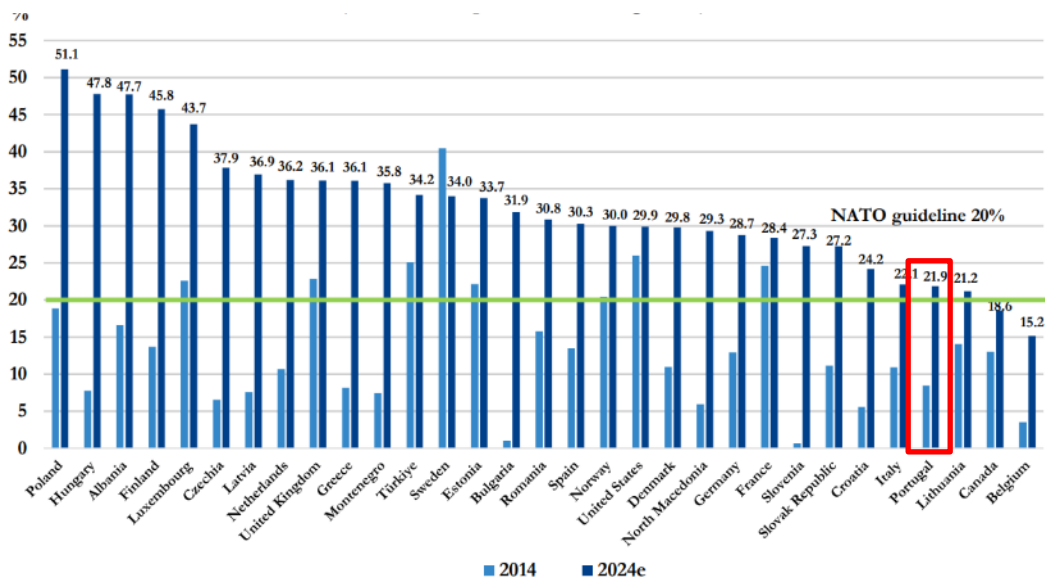


Figura 6 - Percentagem de despesa em reequipamento e capacidades referente a 2014/2024

Fonte: NATO, (2024a), realce do autor.

Importa, ainda assim, analisar o *What* (que capacidades - como referido no capítulo anterior), à luz dos requisitos críticos da NATO, mas também, dos interesses nacionais, em termos de soberania nacional, tendo como referência as questões securitárias que afetam a Europa.

Desta forma, a fig. 7, resultante de uma apresentação de Abelho (2025), reflete o conjunto de projetos de edificação de capacidades considerados estruturantes para a Defesa Nacional, tendo como referência a atribuição de financiamento na LPM, vigente para o período de 2023-2034.



Figura 7 - Projetos estruturantes LPM 2025

Fonte: Abelho (2025), slide 15

Urge perceber se as prioridades, atualmente em vigor, estão adequadas face às orientações estratégicas da NATO, e consequentemente, para Portugal.

Neste seguimento, Abelho (2025) refere que o CEDN, enquanto documento estratégico de referência para a Defesa Nacional, bem como precursor da política de investimento em capacidades, deverá ser atualizado por forma a garantir o alinhamento pretendido com os *targets* e prioridades da Aliança.

Por último, Ramalho (2023, p. 250), alerta para que “A coerência desta construção estratégica só será obtida se encontrar sustentação financeira na LPM.”, ressaltando a interdependência de uma política de defesa nacional, para com um investimento financeiro adequado.

4.2 Síntese conclusiva e resposta à Questão Derivada 2

O sucesso da Aliança assenta na premissa de que os Aliados integrem e implementem, como parte das suas estratégias de defesa nacional, ações objetivas, em linha com a estratégia coletiva da Aliança (NATO, 2023a).

Mantendo presente as dimensões e respetivos indicadores, adotados no capítulo anterior, dá-se resposta à (QD2) “De que forma a política de defesa nacional é afetada pelas mudanças na NATO”, ressaltando, um conjunto de situações, que se passa a descrever de seguida.



Na dimensão operacional, observa-se que o PDN está em desenvolvimento, de acordo com o previsto na DEEMGFA, e em linha com os RP da NATO, sendo, no entanto, essencial acomodar as orientações políticas e estratégicas, nomeadamente com o CEDN, que carece de atualização. Também as VA deverão encontrar reflexo no PDN, sendo claro que a intensificação e diversificação destas atividades, são contributos de relevo para a dissuasão da NATO, dando ênfase ao papel de Portugal enquanto produtor credível de segurança internacional, no âmbito da segurança marítima e aérea no EEINP.

Com referência à dimensão estrutural, importa acautelar a pressão acrescida no SFN e no dispositivo nacional, resultante do maior número, maior disponibilidade e maior prontidão, que o NFM, vem impor a Portugal, em termos de pessoal, material e equipamento, e que acaba por competir com outros compromissos assumidos, mormente as questões relativas à autodefesa, em prol da soberania nacional. Com o alargamento e reforço da estrutura de C2 da NATO, importa a Portugal desenvolver uma estratégia que permita assegurar que contribui com militares nacionais em lugares chave, da NCS, assegurando representação e salvaguarda dos interesses estratégicos nacionais. Neste ponto, ressalvam-se os JFCNF, JFCNP, ambos com responsabilidade nos RP afetos a Portugal, e o JSEC, com impacto na questão do *enablement*.

Na dimensão política, destaca-se a caducidade do CEDN, pilar crucial para o desenvolvimento e implementação de indicadores como seja o PDN, a definição do financiamento ou as prioridades na resiliência e *enablement*. Ficam ainda dependentes: a atualização do CEM, as MIFA, o SFN e o Dispositivo, como pilares da defesa, subsidiários ao CEDN. Na resiliência, estão por desenvolver os planos setoriais, para fazer face a situações de crise e conflito. A sensibilização da população (*mindset*), com desenvolvimento de uma cultura de resiliência, não é evidente, carecendo do envolvimento da governação, sendo percecionado como uma mais-valia, com duplo uso, para a resiliência nacional e para a dissuasão. A contribuição de Portugal para o *enablement* da NATO, nos moldes atuais, assume reduzida dimensão, não relevando nem exponenciando, as mais valias geoestratégicas nacionais, face ao Atlântico. Também aqui se identifica a necessidade de envolvimento da governação no sentido de ajustar os processos governativos, como forma de facilitar o movimento de pessoal, material e equipamento, ou, para recorrer aos fundos comuns (NSIP), em apoio à edificação desta capacidade. Por último, observou-se o indicador referente ao financiamento. Ainda que Portugal cumpra com a meta de investimento, referente ao reequipamento e capacitação, estão por atingir os 2% do PIB, como acordado



na DIP. Adicionalmente, toma forma a necessidade de observar, em termos qualitativos (o *What*), do investimento em defesa, por forma a atualizar as prioridades do investimento, face ao requerido pela NATO, e tendo ainda como condicionante os interesses nacionais, em prol da soberania nacional.



5. Contribuição de Portugal para a dissuasão do *Deterrence and Defence of the Euro-Atlantic Area*.

Como corolário da análise efetuada, primeiramente ao processo transformacional que está a decorrer na NATO, seguido do impacto e da forma como Portugal está a refletir nas ações, e na política de defesa nacional, as mudanças e ajustes necessários, resulta um conjunto de conhecimento, que permite dar resposta à QC – “De que forma pode Portugal contribuir para a dissuasão da NATO, no âmbito do DDA, reforçando a relevância geoestratégica de Portugal no seio da Aliança face ao Atlântico”.

Pretende-se neste parágrafo, caracterizar os contributos de Portugal, para a dissuasão da NATO, tendo como referência as dimensões e os indicadores adotados nos capítulos anteriores.

5.1 Caracterização dos contributos de Portugal para a dissuasão da NATO, no âmbito do *Deterrence and Defence of the Euro-Atlantic Area*.

5.1.1 Conceito Estratégico de Defesa Nacional

A atualização do CEDN é premente, pois este assume-se como base para as transformações necessárias em suporte da estratégia de defesa nacional (P. Mateus, *op. cit.*).

Portugal, deve assim, proceder a uma atualização do CEDN, considerando neste processo o CE da NATO, como forma de garantir que a política de defesa de Portugal se mantém alinhada e coerente com os compromissos internacionais assumidos, contribuindo para a dissuasão, ao refletir o compromisso nacional para com a defesa coletiva (A. Baltazar, *op. cit.*).

Na sequência da atualização do CEDN, deverão ser também revistos e atualizados, de acordo, o CEM, o SFN, as MIFA e o Dispositivo (A. Baltazar, *op. cit.*), sendo ainda crucial que, para a revisão do CEDN, como peça fundamental na estratégia global do governo, seja assegurado o envolvimento dos restantes Ministérios, podendo caber ao MDN a função de coordenação interministerial (Ramalho, 2023, pp. 255).

5.1.2 Plano de Defesa Nacional

A elaboração do PDN é urgente, devendo ser coerente e convergente com o previsto nos RP da NATO, efetivando o contributo nacional para a estratégia global do DDA FoP, sendo ainda crucial, a atualização do CEDN, como garante de que o PDN é elaborado de acordo com as orientações políticas (EMGFA, 2023; J. Alves, *op. cit.*).

Adicionalmente, devem ser desenvolvidos planos nacionais, em complemento ao PDN, para enquadrar a participação de outras áreas da governação, em apoio à defesa, numa



situação de crise ou conflito militar (e.g., Plano de Resiliência Civil), devendo o EMGFA assumir um papel de coordenação, para integração de capacidades civis e militares, assegurando que as ações externas, à defesa militar, são coerentes com os requisitos operacionais das forças armadas (P. Mateus, *op. cit.*; J. Oliveira, *op. cit.*).

Devem ser realizados exercícios nacionais, coordenados pelo EMGFA, como forma de testar e validar os planos nacionais de defesa (L. Serôdio, *op. cit.*).

5.1.3 NATO Force Model

Portugal deverá equacionar um reforço em termos de pessoal, como forma de acomodar não só as necessidades apresentadas pela Aliança, mas também, as resultantes das alterações securitárias observadas e que poderão afetar as questões de soberania nacional (L. Serôdio, *op. cit.*).

A segunda parte deste processo passa pela capacitação com material e equipamento adequado, e reservas de guerra, assegurando que as prioridades de investimento estão alinhadas com as necessidades críticas da Aliança e com os interesses prementes, relativos à segurança e defesa da soberania nacional (L. Serôdio, *op. cit.*; Ramalho, 2023).

Este investimento, em capacitação, carece do envolvimento da governação, nomeadamente através da revisão e atualização dos diversos documentos estratégicos da defesa, quer nas questões de pessoal (em termos de atratividade e retenção), quer na aquisição de capacidades (V. Hilário, *op. cit.*).

No curto prazo, deve ser avaliada a possibilidade de adoção de modelos flexíveis de serviço e o reforço da cooperação internacional, como possíveis soluções para garantir a capacidade operacional (P. Mateus, *op. cit.*), sem prejuízo que, no médio/longo prazo, Portugal desenvolva as condições necessárias para efetivar um reforço de pessoal e aquisição de material e equipamento essencial para consubstanciar as capacidades operacionais requeridas.

5.1.4 NATO Command Structure

Portugal deve dar prioridade à representação nacional nos centros de comando da NATO que impactam diretamente o EEINP, nomeadamente JFCNF, JFCNP e JSEC (este último, em prol do *enablement*), porquanto é simultaneamente um contributo no âmbito do DDA, e uma forma de salvaguardar os interesses nacionais, assegurando o fortalecimento do posicionamento geoestratégico nacional junto da Aliança, face ao Atlântico (P. Mateus, *op. cit.*).



Portugal deverá ainda procurar assegurar a representação noutros centros de comando internacionais, onde os interesses de Portugal também são representados (F. Leitão, *op. cit.*), devendo-se assim procurar encontrar um equilíbrio, ainda que com um foco prioritário nas estruturas que afetam diretamente os interesses geoestratégicos nacionais (V. Hilário, *op. cit.*).

Portugal deve avaliar a possibilidade da NATO recorrer a pessoal civil, para preencher cargos, na NCS, não diretamente relacionados com a operação, como forma de libertar os efetivos militares, para tarefas essenciais em funções operacionais críticas (L. Serôdio, *op. cit.*).

5.1.5 *Vigilance Activities*

Portugal, deve intensificar as VA no EEINP, num modelo de duplo uso, com recurso a missões de treino (conjunto ou combinado), missões dedicadas à vigilância, fiscalização ou patrulhamento marítimo, consubstanciando uma capacidade operacional credível e um contributo concreto para a dissuasão da NATO, e para a soberania nacional, numa área crítica, onde se concentram as rotas atlânticas, marítimas e aéreas, cruciais para o reabastecimento da Europa, assim como infraestruturas críticas submarinas (Ribeiro, 2025; P. Mateus, *op. cit.*; L. Serôdio, *op. cit.*).

O EMGFA deve promover a realização de exercícios conjuntos ou combinados, no EEINP, eventualmente focados em cenários de proteção das infraestruturas críticas submarinas, do livre-trânsito do Atlântico e das *Sea lines of communication* (SLOC), ou mesmo no modelo, já executado, dos *Atlantic Resolve exercises*, em prol do *enablement*, tirando assim partido da geografia marítima, do espaço aéreo disponível e das condições climáticas favoráveis (L. Serôdio, *op. cit.*).

5.1.6 Resiliência Civil

O EMGFA deve intensificar a cooperação com o CNPCE para o desenvolvimento dos planos setoriais da resiliência civil, em apoio a situações de crise ou conflito militar, e em linha com o PDN e com as orientações da NATO (J. Oliveira, *op. cit.*).

A execução de exercícios conjuntos, em cenários de crise e conflito, com envolvimento da área de proteção civil e elementos das FFAA, é essencial, e deve ocorrer de forma sistemática, para consolidar e validar esta capacidade nacional, sendo que, dada a natureza dos eventos, deverá ser coordenado com base nas orientações e cenários, desenvolvidos pelo EMGFA (L. Serôdio, *op. cit.*).



A preparação e educação da população civil, em termos de cultura de resiliência, deve ser efetivada ao nível da governação, sendo entendido que as mais valias de ter uma população consciente e cooperativa, em situações de cenários críticos ou de catástrofe, assume um papel de duplo uso, retendo vantagens também em situações de natureza civil (J. Oliveira, *op. cit.*).

5.1.7 **Enablement**

Portugal deve procurar assumir um papel de relevo no *enablement* da NATO, facilitando pontos de entrada, quer marítimos, quer aéreos, em Território Nacional (TN), com capacidade de receção e processamento de forças, material e equipamento, e assegurando o trânsito ou armazenamento de material em TN, de forma fluida e eficaz (V. Hilário, *op. cit.*).

Deve-se recorrer a fundos comuns da Aliança (e.g., NSIP), como forma de edificar ou melhorar as infraestruturas necessárias, sendo que, a consolidação desta capacidade deverá contribuir para a economia nacional, pois, além das infraestruturas, há toda uma dependência em termos de serviços de transporte e reabastecimento, que recaem na esfera de ações providenciadas por entidades civis (V. Hilário, *op. cit.*).

Do ponto de vista funcional, deve-se assegurar que os processos governativos são agilizados por forma a facilitar a receção e movimentação das forças, material e equipamento, não só em TN, mas com recurso a acordos bilaterais, com outros países, por forma a facilitar o processo e a tornar Portugal como uma das vias prioritárias para o *enablement* (P. Mateus, *op. cit.*).

Deverão ser promovidos exercícios, em prol do *enablement* (e.g., *Atlantic Resolve*), como forma de consolidar e validar esta capacidade, projetando Portugal como elemento-chave para o *enablement* (L. Serôdio, *op. cit.*), e para a dissuasão da NATO, reforçando a relevância e a posição geoestratégica de Portugal, para a Aliança, face ao Atlântico (F. Leitão, *op. cit.*).

5.1.8 **Financiamento**

Portugal deve assegurar o cumprimento do acordado no DIP e, se necessário, aceitar um valor superior, para recuperar de décadas de subfinanciamento (V. Hilário, *op. cit.*).

Porquanto Portugal invista mais de 20% do orçamento de defesa em capacidades, importa garantir a adequação deste investimento face à situação securitária da Europa, os *targets*/prioridades da NATO e os interesses nacionais, em prol da soberania nacional (L. Serôdio, *op. cit.*). Desta forma, deve ser realizada uma análise detalhada de quais os



investimentos prioritários, desde logo para o país, mas também, dentro do contexto da segurança coletiva na NATO, e se necessário, proceder a uma revisão das prioridades de investimento (V. Hilário, *op. cit.*).

Portugal deve ainda procurar sinergias, junto de nações aliadas, como forma de economia de escala, através da edificação de capacidades comuns, e com isso salvaguardar, desde logo, um contributo para a estandardização e interoperabilidade, cruciais para o DDA (P. Mateus, *op. cit.*).

A adequação do financiamento para a capacitação da Defesa Nacional, em linha com as orientações da NATO, do CEDN e do PDN, assume um papel crucial na edificação da credibilidade nacional e na forma como Portugal é percecionado, quer pelos parceiros da Aliança, quer pelos adversários, sendo por isso um contributo basilar para o processo da Dissuasão como um todo.

5.2 Conjunto de medidas propostas, em resposta à QC

Mantendo presente a delimitação definida, dá-se assim cumprimento ao estabelecido no (OG) “Propor medidas que permitam a Portugal contribuir para a dissuasão da NATO, no âmbito do DDA, reforçando a relevância geoestratégica de Portugal no seio da Aliança, face ao Atlântico”, tendo como referência as dimensões operacional, estrutural e política, e respetivos indicadores adotados.

A fig. 8 apresenta, em grafismo, as medidas propostas, tendo como referência as dimensões observadas e a caracterização efetuada no parágrafo anterior, e que permitem a Portugal contribuir para a dissuasão da NATO, no âmbito do DDA, reforçando a relevância geoestratégica de Portugal no seio da Aliança, face ao Atlântico.

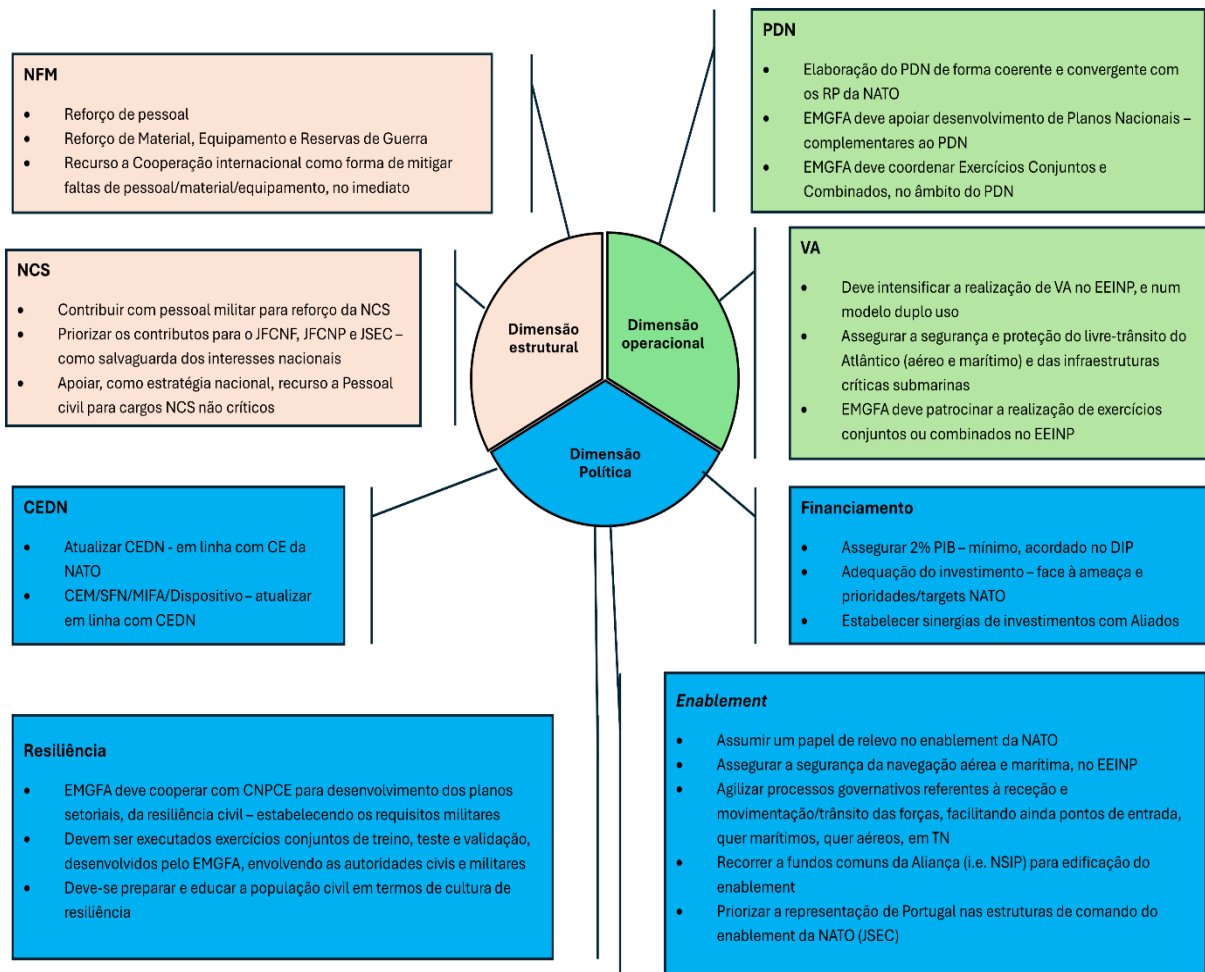


Figura 8 - Medidas propostas, em resposta à QC



6. Conclusões

A anexação da Crimeia veio despoletar um processo de transformação da NATO, que se intensificou após a invasão ilegal da Ucrânia em 2022, pela FR.

Face às alterações securitárias observadas, a NATO identificou a necessidade de se reajustar para conseguir fazer frente a um *peer adversary*, representado pela FR.

Esta transformação, referida como *NATO's Fifth Military Transformation: From a Deployed NATO to a Prepared NATO*, é caracterizada com referência a um conjunto de indicadores, distribuídos pelas dimensões: operacional, estrutural e política; suportada por um novo CE, e por uma nova MS; e operacionalizada pelo conceito militar definido como - *Deterrence and Defence of the Euro-Atlantic Area - DDA*.

O DDA, recupera e intensifica o conceito de dissuasão como elemento crucial para a defesa coletiva e assenta no princípio de que a defesa começa em tempo de paz, com uma dissuasão credível e robusta, consubstanciada numa aliança forte e coesa, dando assim corpo à expressão *Se Vis Pacem Parabellum* (se queres a paz prepara a guerra).

A consolidação da dissuasão reitera a importância de um maior envolvimento das nações aliadas, nas questões securitárias da Aliança. A transformação, em curso, é caracterizada num conjunto de indicadores, distribuídos pelas dimensões referidas, dependentes entre si, e que se efetivam através do envolvimento, participação e/ou contributo das nações Aliadas.

Na dimensão operacional, importa desenvolver planos de defesa nacionais, coordenados com os planos estratégicos da Aliança (DDA FoP), e desenvolver ações de vigilância em tempo de paz (VA) que, através da presença militar, contribuem ativamente para a dissuasão, com a consecução de missões de treino, exercícios, vigilância, fiscalização e/ou patrulhamento, na AoR do SACEUR.

Na dimensão estrutural, a identificação de um novo modelo de ameaça (*peer adversary*), implicou o reajuste na estrutura de forças da NATO (NFM), com reforço de capacidades refletido: em maior número, maior disponibilidade e maior prontidão, das forças disponíveis para o SACEUR. Esta situação coloca uma pressão acrescida nas nações, pelas dificuldades observadas em termos de pessoal (e.g., recrutamento), mas também nas questões de material, equipamento e reservas de guerra, afetadas pelo desinvestimento observado no pós Guerra-fria. Desta forma, identifica-se a necessidade de envolvimento da governação, em suporte às questões de pessoal (atratividade e retenção), mas também, na parte do financiamento, necessário para o reequipamento e sustentação.



Consequentemente, existe também a necessidade de reforço, em termos de pessoal, da estrutura de comando (NCS), para suportar, os novos comandos, em apoio às novas capacidades e modalidades de operação (e.g., multidomínio), mas também, a maior intensidade e dissuasão pretendidos, cabendo às nações, o desafio de disponibilizar o pessoal necessário, para estes cargos.

Na dimensão política, caracterizam-se os indicadores, que recaem maioritariamente na esfera da governação, mas que assumem um impacto significativo no global do processo.

À imagem do que aconteceu na NATO, existe a necessidade crítica de atualizar as orientações estratégicas nacionais (CE/CEDN) para agregar, de forma coerente e consistente, a transformação em curso, assegurando ainda o alinhamento com as orientações da Aliança. Importa rever as questões de financiamento porquanto limita, logo à cabeça, a modernização, atualização ou reforço de pessoal e de capacidades, essencial face à nova perceção de ameaça. Em apoio à edificação das capacidades e da dissuasão, importa ainda assegurar uma capacidade de reforço e sustentação logístico (*enablement*) em apoio ao DDA, e por último, reflexo do observado no conflito na Ucrânia – o envolvimento da sociedade civil, através de um programa nacional de resiliência civil, para fazer face a situações de crise e conflito militar.

Importa encerrar este enquadramento reiterando a necessidade de envolvimento, por parte das nações Aliadas, em todos estas dimensões, caracterizadas pelos indicadores referidos, sob pena de comprometer o processo do DDA da NATO.

Desta forma, a análise deste tema seguiu a mesma sequência da caracterização usada no enquadramento.

Primeiro observou-se a transformação em curso na NATO, com base nas dimensões e indicadores selecionados, consubstanciando o OE1 – “Analisar a transformação da NATO, resultante da implementação do conceito de DDA.” dando resposta à QD associada.

De seguida, aplicou-se a mesma abordagem a Portugal, como forma de perceber o impacto e as mudanças ocorridas/em curso, face a esta transformação da NATO, mantendo o enfoque na Dissuasão, no EEINP e no período de 2014 à atualidade. Procedeu-se assim à observação do OE2 – “Caracterizar a influência das mudanças na NATO, na Política de Defesa Nacional.” e resposta à QD associada.

Por último, tendo como base um conjunto de entrevistas semiestruturadas, a um grupo de militares e civis, em cargos ou funções de referência, relacionadas com os diversos indicadores adotados, procedeu-se à observação do OG – “Propor medidas que permitam a



Portugal contribuir para a dissuasão da NATO, no âmbito do DDA, reforçando a relevância geoestratégica de Portugal no seio da Aliança, face ao Atlântico.” e consequente resposta à QC associada.

Como referido, do anterior, a transformação da NATO é um processo atual, e ainda em decurso.

Em boa verdade, a NATO vem revendo e adaptando, como parte de um processo de melhoria contínua, esta transformação, como forma de assegurar a necessária eficácia do processo, face a uma realidade securitária, ela própria, dinâmica e em mudança – veja-se, a título de exemplo, a necessidade de intensificação do processo de transformação (iniciado em 2014, com a anexação da Crimeia), após a invasão ilegal da Ucrânia em 2022.

Por isso, importa considerar este trabalho face à sua atualidade e pertinência, em apoio a uma atualização da política e das ações da defesa nacional, que deverá reajustar-se, em linha com o que está a acontecer na NATO. Da mesma forma, importa também, manter uma postura aberta e flexível, para efetuar os reajustes, e estabelecer as prioridades nacionais, em termos de política de defesa nacional, de acordo com uma realidade atual e, como se referiu, em mutação.

Da análise efetuada, para Portugal, com referência às dimensões e indicadores adotados, resulta a necessidade de atualizar as orientações estratégicas nacionais em termos de defesa nacional (CEDN), como base para o desenvolvimento e implementação, dos diversos indicadores, de forma coerente e consistente e assim enquadrar a transformação requerida.

Desta forma, a primeira nota vai precisamente para a necessidade de atualizar o CEDN que servirá de base para o desenvolvimento do PDN, na sua vertente militar, e em linha com os planos regionais da NATO.

Em termos de planos de defesa, deverá ainda ser desenvolvido um conjunto de planos de defesa nacionais (subsidiários), em complemento à vertente militar – enquadra-se neste campo, a título de exemplo, a parte da resiliência civil, que deverá estabelecer as capacidades nacionais necessárias, para fazer face a cenários de crise e conflito militar.

O aumento, em termos de pessoal, prontidão e disponibilidade, das forças atribuídas à NATO (NFM), compete com os compromissos nacionais assumidos, mormente com a defesa da soberania nacional, devendo ser equacionado, com base num CEDN atualizado, uma revisão política, referente à estrutura de forças nacional, para acomodar estas novas exigências – quer em termos de pessoal, quer em capacidades operacionais. Este ponto



estende-se à necessidade de definir uma estratégia nacional sobre os contributos para a NCS, como forma de assegurar a participação nos diversos níveis de decisão da NATO, e assim, salvaguardar a defesa dos interesses nacionais, nomeadamente, face à relevância geoestratégica de Portugal para com o Atlântico.

Recuperando a ideia de que se pretende com esta análise, e contributos, reforçar, e consolidar, a posição de Portugal, como um parceiro credível e de relevo, mormente face ao Atlântico, importa assumir um papel ativo no processo de *enablement* da NATO. Nomeadamente com a disponibilidade de condições físicas e funcionais, facilitadoras do reabastecimento da Europa, através do espaço marítimo e aéreo Atlântico, coincidente com o EEINP. Para este desiderato, deve-se assegurar a representação nacional nas estruturas de comando da NATO, relacionadas com o *enablement* (i.e., JSEC), mas também, as condições de segurança no espaço Atlântico (EEINP), em prol da livre circulação. Para isto, contribui uma intensificação e um papel mais ativo, por parte de Portugal, patrocinando as VA, em coordenação com a NATO, intensificando a dissuasão e consolidando, através de um modelo de duplo uso, a soberania nacional nesta área, que é crítica para a Aliança.

Por último, encerra-se esta súpula com referência a um indicador essencial, e que agrega todos os outros – financiamento.

Importa reforçar o financiamento, quer para aquisição de capacidades, quer na edificação e sustentação das mesmas, devendo encontrar reflexo coerente com o aumento de forças (atratividade e retenção), maior prontidão, maior disponibilidade e aquisição de capacidades críticas (material/equipamento), definidas pela Aliança (em NDPP), tendo como referência a ameaça, mas também, os interesses de Portugal, em prol da soberania nacional.

Importa encerrar este ciclo de análise com referência à atualização, uma vez mais, das orientações estratégicas a refletir em CEDN, e nos restantes documentos fundamentais para a Defesa (CEM, SFN, MIFA e Dispositivo).

No global, o envolvimento ativo e dinâmico de Portugal, no processo transformacional da NATO, face à nova situação securitária da Europa, e tendo como referência o observado nesta análise, contribui para a Dissuasão da Aliança como um todo, e com isso, deverá permitir reforçar e consolidar a posição de Portugal, como um parceiro credível e de referência, na geoestratégia do Atlântico.

Porquanto o contributo direto dos diversos indicadores, individualmente, possa diferir, é entendimento que todos são críticos para o processo transformacional em curso. Já a



dinâmica das questões securitárias observadas na Europa, associada à escassez de documentação oficial nacional, sobre o Tema e o OG proposto, reiteram a atualidade e pertinência do mesmo.

Assumindo como incontornável que Portugal, tal como o resto das nações Aliadas, deve desenvolver um conjunto de ações essenciais em apoio ao DDA da NATO, sob pena de se comprometer o processo como um todo, então este trabalho assume um papel importante, não só pela sistematização desenvolvida, sobre a forma de analisar e perceber o tema, mas pelos contributos apresentados, em prol desta ação.

Adicionalmente, esta investigação permitiu ainda caracterizar o papel do DDA na transformação da NATO, de que forma Portugal tem respondido a este processo e, mais importante, como poderá ajustar as suas ações, tendo como referência os indicadores e dimensões observados, consolidando os seus contributos para a Aliança e a relevância geoestratégica face ao Atlântico.

Desta forma, a metodologia adotada pode ser implementada como base para planificar e estruturar o conjunto de ações essenciais de levar a cabo, num processo transformacional da Defesa Nacional, em linha com o DDA da NATO.

Reitera-se ainda que, pelo dinamismo e atualidade do assunto, que continua em constante adaptação, para fazer face às alterações securitárias observadas, no Leste da Europa, entende-se estarem estabelecidas as bases para estudos futuros – nomeadamente, afinando para um maior grau de detalhe por indicador/dimensão – como forma de estudar e apoiar aquele que poderá ser o melhor processo de consubstanciar ou implementar o DDA.

É convicção que o estudo deste tema, como proposto, mormente pela atualidade e questões de sensibilidade da classificação da informação, enfrentou um desafio face à escassez de referências bibliográficas disponíveis, nomeadamente, sobre a atualidade nacional. Desta forma, o recurso a entrevistas, a personalidades civis e militares, relacionadas com o tema, foi extremamente enriquecedor e deverá continuar a ser uma opção, e assim assegurar também a dinâmica e atualidade do mesmo.

É por isso pertinente que, de futuro, e no seguimento deste tema, possa ser estudado e aprofundado cada um dos indicadores, em apoio ao seu melhor entendimento, interdependência, prioridade face ao processo como um todo e melhor estratégia de desenvolvimento e edificação, a uma política de defesa nacional atualizada.



Referências bibliográficas

Abelho, S. (2025, fevereiro). A Lei De Programação Militar. Em: Instituto Universitário Militar (IUM). *A Lei De Programação Militar. CPOG 2024/2025. Direção-geral de Recursos da Defesa Nacional*. IUM. Lisboa.

Caroço, G. (2023). A influência da OTAN na política externa portuguesa e a revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. *Reflexões EDJ. EuroDefense Jovem-Portugal*. Retirado de <https://eurodefense.pt/a-influencia-da-otan-na-politica-externa-portuguesa-e-a-revisao-do-conceito-estrategico-de-defesa-nacional/>

Covington, S. R., (2023). NATO's Concept for Deterrence and Defence of the Euro-Atlantic Area (DDA). *Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard Kennedy School*. Retirado de <https://www.belfercenter.org/publication/natos-concept-deterrence-and-defence-euro-atlantic-area-dda>

CRCEDN. (2023). Relatório do Conselho de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. *IDN*. Lisboa. (Página *online*). Retirado de <https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Paginas/Ciclo-de-Revis%C3%A3o-do-Conceito-Estrat%C3%A9gico-de-Defesa-Nacional.aspx>

Deni, J. R. (2024). The new NATO Force Model: ready for launch? *NATO Defense College* (Nº. 04). Retirado de <http://www.jstor.org/stable/resrep60400>

Department of Defense (DoD). (2024). Military Construction Program. Fiscal Year 2025 BUDGET. *North Atlantic Treaty Organization Security Investment Program (NSIP)*. Retirado de https://comptroller.defense.gov/Portals/45/Documents/defbudget/FY2025/budget_justification/pdfs/11_NATO_Security_Investment_Program/FY25_NATO_Security_Investment_Program.pdf

Despacho Conjunto do PM e da MDN. (2022). Criação do Conselho de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Lisboa. Nº. 9986/2022.



Diego, A. R. P. (2024). NATO'S Military Transformations. *Routledge Handbook of NATO, Part II, Key Enduring Themes, Chapter 6, 1949–2024*. [e-book]. DOI: 10.4324/9781003364108

Donnelly, G., Joja, L., Rohac, D., Camberg, K. & Soleimany, S. (2024). NATO Beyond 75 - The task that remains before us. *American Enterprise Institute*. Retirado de www.aei.org/wp-content/uploads/2024/07/NATO-Beyond-75.pdf?x85095

Dowd, A., Jankowski, D., & Cook, C., (2023). European Warfighting Resilience and NATO Race of Logistics Ensuring That Europe Has the Fuel It Needs to Fight the Next War. *CSIS – Center for Strategic and International Studies*. Retirado de https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/2023-06/230628_Dowd_EuropeanWarfighting_NATO_0.pdf?VersionId=7T5WG0kEgpAzJ_oD b78HXYGfu7qkdxNa

EMGFA. (2023). Plano de Iniciativas Estratégicas (PIE). *Diretiva Estratégica do Estado-Maior-General das Forças Armadas (DEEMGFA), 2023 / 2026*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Governo. (2024). Programa do XXIV Governo Constitucional. (Página *online*). Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/gc24/programa-do-xxiv-governo-pdf.aspx>

Janzen, J. (2023). NATO'S Concept for the Deterrence and Defence of the Euro-Atlantic Area. *Published by the Journal of Intelligence, Conflict, and Warfare and Simon Fraser University, Volume 5, Issue 3*. Retirado de <https://jicw.org/>

Knappe, J. & Boeke, S. (2021). JSEC: NATO's New Reinforcement Command. *Atlantisch Perspectief, 2021, Vol. 45, (Nº. 4), Special Edition: NATO Enablement: Moving forward (2021)*, pp. 33-37. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/10.2307/48638256>

Lindley-French, J. (2021), After You, Please? Enablement and Deterrence. *Atlantisch Perspectief, 45(4), 11–15*. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/48638251>



McInnis, K. J. & Fata, D. P. (2023). From Burden Sharing to Responsibility Sharing. *CSIS - Center for Strategic and International Studies*. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/resrep50628>

MDN. (2025). Defesa na Organização do Tratado do Atlântico Norte. Planeamento Civil de Emergência – *Civil Preparedness*. (Página online). Retirado de <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/dn>

Monaghan, S., Jakobsen, E., Martinez, S., Droin, M., Sanders, G., Velazquez, N., ... Sockwell, M. (2024). Is NATO Ready for War? An Assessment of Allies' Efforts to Strengthen Defense and Deterrence since the 2022 Madrid Summit. *CSIS - Center for Strategic and International Studies. White paper*. Retirado de <https://www.csis.org/analysis/nato-ready-war>

NATO. (2014). Wales Summit Declaration, September 2014. *Bruxelas: North Atlantic Treaty Organization. Notícia*. Retirado de https://www.nato.int/cps/cn/natohq/official_texts_112964.htm

NATO. (2021). Brussels Summit Declaration, 2021. *Bruxelas: North Atlantic Treaty Organization. Notícia*. Retirado de https://www.nato.int/cps/ra/natohq/news_185000.htm

NATO. (2022a). NATO Defence Planning Process (NDPP). *Bruxelas: North Atlantic Treaty Organization. Notícia*. Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49202.htm

NATO. (2022b). Madrid Summit Declaration. *Bruxelas: North Atlantic Treaty Organization. Press release*. Retirado de https://www.nato.int/cps/cn/natohq/official_texts_196951.htm

NATO. (2022c). NATO Force Model. *SHAPE. North Atlantic Treaty Organization. Notícia*. Retirado de https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2022/6/pdf/220629-infographic-new-nato-force-model.pdf



NATO. (2023a). SACEUR Cavoli - CEPA Remarks. *SHAPE. North Atlantic Treaty Organization. Press release*. Retirado de <https://shape.nato.int/saceur/saceur-cavoli-cepa-remarks>

NATO, (2024a). Defence Expenditure of NATO Countries (2014-2024). *Bruxelas: North Atlantic Treaty Organization. Press release*. Retirado de https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2024/6/pdf/240617-def-exp-2024-en.pdf

NATO. (2024b). Resilience, civil preparedness and Article 3. *Bruxelas: North Atlantic Treaty Organization. Notícia*. Retirado de https://www.nato.int/cps/uk/natohq/topics_132722.htm?selectedLocale=en

NATO. (2024c). Deterrence and defence. *Bruxelas: North Atlantic Treaty Organization. Notícia*. Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_133127.htm#invest

NATO. (2024d). Deterrence and defence. Resiliência. *Bruxelas: North Atlantic Treaty Organization. Notícia*. Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_133127.htm#invest

Ramalho, J. L. P. (2023). Reflexões Sobre a Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional em vigor. *Revista Militar, N°2655, Abril 2023*, p. 245-255. Retirado de <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/1705>

RCM. Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 21 de março. (2013). Aprova o Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Publicação: “Diário da República n.º 67/2013”, Série I de 2013-04-05, páginas 1981 – 1995. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.



Ribeiro, A. S. (2025). O reforço aeronaval dos Açores. Artigo Opinião. *Jornal “O Expresso”*. (20FEV2025). Retirado de <https://expresso.pt/opiniao/2025-02-20-o-reforco-aeronaval-dos-aco-res-4767db4c>

Rudzīte-Stejskala, K. (2021). Addressing the Burden-Sharing Challenge. *ICDS - International Centre for Defence and Security*. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/resrep54295>

Santos, L., & Lima, J. (2019). Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação. *Cadernos do IUM, 8 (2.ª ed.)*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Serôdio, L. (2020). *Resiliência Colaborativa: Uma Nova Capacidade Das Forças Armadas Portuguesas*. (Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General). Instituto Universitário Militar (IUM), Lisboa.

Sollfrank, A. & Boeke, S. (2024). Enablement and Logistics as Critical Success Factors for Military Operations: Comparing Russian and NATO Approaches. *The RUSI Journal, 169(7)*, 10–22. Retirado de <https://doi.org/10.1080/03071847.2024.2434137>

Szenes, Z. (2023). Reinforcing deterrence: assessing NATO’s 2022 Strategic Concept. *Defense & Security Analysis, 39(4)*, 539–560. Retirado de <https://doi.org/10.1080/14751798.2023.2270230>

Tarry, S. (2024). NATO’S Deterrence and Defence - Protecting the Future. *Routledge Handbook of NATO, Part VI, Future Prospects, 2024, Chapter 27*. [e-book]. DOI: 10.4324/9781003364108

Thomas, G., Williams, P. & Dyakova, Y. (2020). Exercise Defender-Europe 20: enablement and resilience in action. *NATO Review*. Retirado de <https://www.nato.int/docu/review/articles/2020/06/16/exercise-defender-europe-20-enablement-and-resilience-in-action/index.html>



Apêndice A — Conceito estruturante do trabalho

DDA

“Concept for the Deterrence and Defence of the Euro-Atlantic Area (DDA).

The DDA Concept provides a single, coherent framework for NATO Allies to contest, deter and defend against the Alliance’s main threats in a multi-domain environment. It also strengthens the Alliance’s preparedness to address challenges by enhancing NATO’s advance planning for potential crisis and conflict scenarios.

Under the DDA Concept’s framework, NATO has developed strategic, domain-specific and regional military plans to improve the Alliance’s ability to respond to any contingencies. These plans are fully coherent with the planning of Allied forces and the new NATO Force Model, and they include posture management, capability development (including training and exercises), and command and control.” (NATO, 2024c).



Apêndice B — Lista de Entrevistados

	ENTIDADE	NOME	MODALIDADE	DATA	GUIÃO
E1	Chefe da Representação Militar junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte e da União Europeia	TGEN Paulo Mateus	Teams	18FEV2025	Completo
E2	2.º Comandante Operacional das FFAA	TGEN Luís Serôdio	Email/Presencial	10MAR2025	Completo
E3	Subdiretora-Geral de Política de Defesa Nacional	MGEN Ana Baltazar	Email	03MAR2025	Parcial ⁴
E4	Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico Militar do EMGFA	BGEN Fernando Leitão	Email	17FEV2025	Completo
E5	Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional	Dr. Vasco Hilário	Email	10MAR2025	Parcial ⁵
E6	Vice-Presidente do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência	Eng. João Oliveira	Presencial	25FEV2025	Parcial ⁶
E7	Chefe Área de Planeamento (J5/J7)	Cor Jorge Alves	Presencial/Email	26FEV2025	Parcial ⁷

⁴ Guião parcial com referência aos indicadores referentes a planos, política e governação.

⁵ Guião parcial com referência aos indicadores referentes a pessoal, recursos, resiliência, *enablement* e finanças.

⁶ Guião parcial com referência ao indicador referente a planos e resiliência.

⁷ Guião parcial com referência aos indicadores referentes a planos, pessoal, recursos e *enablement*.



Apêndice C — Quadro resumo de entrevistas

P1 - Mantendo presente que o <i>Conceito Estratégico de Defesa Nacional</i> (CEDN) em vigor remonta a 2013 e que, historicamente, existe uma interligação da política de defesa nacional, com a política de defesa da NATO, deve Portugal proceder a uma atualização do CEDN, considerando neste processo o conceito de DDA e o novo CE da NATO? Deve esta atualização ser considerada como essencial para a consolidação da política de defesa nacional?		
Indicador	Participante	Resumo
CEDN	E1 E2 E3 E4 E7	<input checked="" type="checkbox"/> [...] concordo com a necessidade de uma revisão. [...] é absolutamente essencial pois é a base de muitos outros documentos <input checked="" type="checkbox"/> [...] Tem de ser influenciado pelos conceitos estratégicos das organizações de que fazemos parte [...] faz a ponte entre o planeamento de defesa e o planeamento de forças, pelo que o DDA é relevante[...] <input checked="" type="checkbox"/> A política de defesa nacional deve ser vertida no novo CEDN <input checked="" type="checkbox"/> [...] é fundamental para garantir que a política de defesa de Portugal se mantém alinhada com o novo contexto estratégico assegurando coerência entre a estratégia nacional e os compromissos internacionais[...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] é vital para a segurança e defesa nacionais, fará todo o sentido ter em conta o conceito de DDA e o novo CE nesta revisão.
P2 - Deverá esta revisão ser alargada para incluir o Conceito Estratégico Militar (CEM) e, eventualmente, o Sistema de Forças Nacional (SFN), para fazer face aos novos desafios e ameaças como apresentados pela Aliança, e como plasmados no novo CE, na MS e no DDA da NATO?		
CEDN	E1 E2 E3 E4	<input checked="" type="checkbox"/> [...] o CEDN deverá orientar uma Estratégia Geral do Estado e clarificar a Estratégia Geral Militar [...] <input checked="" type="checkbox"/> O CEDN determina o CEM, as missões das Forças Armadas, o SFN e, ainda, o dispositivo de forças [...] <input checked="" type="checkbox"/> Alterando-se o CEDN, as alterações aos documentos mencionados têm, obrigatoriamente, de se seguir (cascata de eventos) [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] assegurando que a estrutura e capacidades das forças armadas respondem de forma eficaz aos desafios e ameaças emergentes [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] contexto de atualização do CEDN, deverá o CEM e, eventualmente o SFN, serem revistos [...]
P3 - Deve Portugal desenvolver planos militares, de defesa nacional, no âmbito do DDA?		
PDN	E1 E2 E3 E4 E7	<input checked="" type="checkbox"/> Para Portugal, a NATO tem sido o pilar de defesa [...] na medida do possível, deverá continuar em sintonia com o que é feito e proposto pela Aliança [...] <input checked="" type="checkbox"/> Sim, esse processo está em curso [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] assegurando que a sua postura estratégica, capacidades militares e resiliência nacional, estão alinhados com os objetivos da NATO, para a dissuasão e defesa integrada do espaço Euro-atlântico [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] essencial ter planos militares de defesa nacional, sendo igualmente essencial que os mesmos sejam coerentes com o DDA.
P4 - Uma vez que Portugal, em termos geográficos, é abrangido por duas regiões (Regional Plans - RP), como deverá ser refletida esta dependência, nos planos nacionais, face aos planos da NATO?		
PDN	E1 E2 E4	<input checked="" type="checkbox"/> Deve ser garantida convergência e coerência nos objetivos e nas forças disponíveis. <input checked="" type="checkbox"/> A participação simultânea de Portugal, nos 2 planos regionais da NATO onde estamos incluídos, Nápoles e Norfolk, exige um planeamento nacional coordenado e flexível, assegurando uma resposta eficaz às exigências operacionais de cada um destes comandos [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] planos militares devem ser coerentes, no mínimo, com as duas regiões.



P5 - Deve Portugal desenvolver planos nacionais, em complemento à defesa militar, para enquadrar a participação de outras áreas da governação, essenciais para a resiliência (como seja a da Proteção Civil ou das forças de segurança), e da logística e sustentação (i.e. enablement)?		
PDN	E1 E2 E3 E4 E6	<input checked="" type="checkbox"/> [...] é essencial. A abordagem vai para além de uma abordagem exclusivamente militar [...] <input checked="" type="checkbox"/> Sim, deve. Poderão existir áreas da governação que não estão ainda cientes desta necessidade [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] essencial que Portugal desenvolva planos nacionais complementares que integrem outros setores da governação nomeadamente a proteção civil, as forças de segurança, e as infraestruturas críticas [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] planos existem modelo civil – carece de coordenação/requisitos militares (EMGFA) [...]
P6 - Ainda sobre o ponto anterior, deve o EMGFA assumir um papel de apoio à estrutura de governação, como forma de garantir que as ações externas, à defesa militar, são adequadas para o apoio necessário à manobra militar, em caso de crise ou conflito?		
PDN	E1 E2 E3 E4 E6	<input checked="" type="checkbox"/> Eventualmente através de uma estrutura, semelhante ao extinto Conselho Nacional Segurança [...] <input checked="" type="checkbox"/> Não. Essa função deve ser assumida pelo Ministério da Defesa Nacional, numa abordagem global do Governo, sob responsabilidade do Primeiro-Ministro [...] <input checked="" type="checkbox"/> O EMGFA deve desempenhar um papel ativo na estrutura de governação, assegurando que as ações externas, à defesa militar, são coerentes com os requisitos operacionais das forças armadas. A coordenação interministerial e integração de capacidades civis e militares, são fundamentais [...] <input checked="" type="checkbox"/> EMGFA deve providenciar requisitos [...] <input checked="" type="checkbox"/> Considerando a enorme amplitude das áreas em questão, e.g. ação governativa, energia, saúde, entre outras, é essencial que as Forças Armadas (EMGFA) assegurem um papel de apoio [...]
P7 - Deve Portugal desenvolver exercícios nacionais, em ambiente conjunto, envolvendo a área de resiliência, e a capacidade de apoio à sustentação e logística (enablement), como forma de testar e validar os planos e as capacidades nacionais? Faz sentido ser o EMGFA a assumir a coordenação e execução destes exercícios?		
PDN	E1 E2 E3 E4 E6 E7	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, tem de haver exercícios nacionais e internacionais a envolver os vários Ministérios. [...] diria que sim, o EMGFA deve assumir a coordenação e execução [...] <input checked="" type="checkbox"/> Sim, deve, devendo ser o EMGFA a liderar esse processo na dimensão militar [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] deve desenvolver exercícios nacionais conjuntos, que integrem a resiliência nacional e a capacidade de sustentação logística – enablement, assegurando a validação dos planos e capacidades nacionais [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] é essencial que isso aconteça [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] existência de planos, por si só, não é um garante da sua eficácia, exigindo-se a realização de exercícios e outras atividades associadas que os permitam testar e validar [...]
P8 - Tendo presente as questões de recrutamento e retenção que vêm afetando os ramos das FFAA, com reflexo no número de efetivos, face aos módulos aprovados, Portugal tem condições ou alternativas para dar resposta a este requisito da NATO?		
NFM	E1 E2 E3 E5	<input checked="" type="checkbox"/> No contexto da NATO, a exigência de um maior número de forças implica não apenas ter mais unidades bem formadas e equipadas, mas também garantir que essas forças sejam mantidas nos níveis de prontidão e disponibilidade adequados [...] <input checked="" type="checkbox"/> A escassez de efetivos é uma das questões que pode afetar a capacidade do país para cumprir os requisitos agora impostos [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] é fundamental que haja um apoio governamental contínuo e consistente, com políticas que melhorem as condições de trabalho e a valorização da carreira militar [...]



		<input checked="" type="checkbox"/> [...] há várias alternativas que podem ser exploradas para garantir que os requisitos de prontidão e disponibilidade da NATO sejam cumpridos [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] decorrem estudos para um melhor e mais rápido investimento de eventuais recursos que sejam colocados à disposição da Defesa [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] escassez de efetivos das forças armadas portuguesas, resultantes dos desafios do recrutamento e retenção, compromete o cumprimento integral [...] a adoção de modelos flexíveis de serviço e o reforço da cooperação internacional, são soluções viáveis para garantir a capacidade operacional [...] <input checked="" type="checkbox"/> Portugal tem condições para dar resposta [...] constrangimentos têm vindo a ser mitigados através da adoção de medidas no âmbito interno dos ramos, assim como no âmbito político [...]
P9 - Face ao aumento de forças atribuídas à NATO poderá Portugal ter de reconsiderar o número de efetivos militares das FFAA, por forma a salvaguardar outros compromissos assumidos, no âmbito da defesa nacional ou cooperativa (i.e. EU)?		
NFM	E1 E2 E4	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, claramente. Essa postura já vem sendo vertida em vários documentos [...] <input checked="" type="checkbox"/> O aumento das forças atribuídas à NATO impõe uma pressão acrescida sobre o dispositivo nacional exigindo uma gestão criteriosa dos efetivos para assegurar que Portugal cumpre os seus compromissos de defesa nacional e cooperativa [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] é razoável que seja necessário reconsiderar o nível de ambição relativo aos efetivos, numa revisão em alta [...]
P10 - Deve Portugal patrocinar a participação de pessoal nacional nos centros de comando que afetam diretamente a AoR nacional (JFCNF/JFCNP e JSEC), como forma de salvaguardar os interesses nacionais e promover a posição geoestratégica nacional face ao Atlântico? Será opção/adequado priorizar o envio de militares nacionais para estas estruturas da NCS em detrimento de outras, estabelecendo assim umnexo causal?		
NCS	E1 E2 E4 E5	<input checked="" type="checkbox"/> A Área de Responsabilidade (AoR) nacional engloba regiões vitais do Atlântico, e a participação em centros de comando, como o <i>Joint Force Command Norfolk (JFCNF)</i> , <i>Joint Force Command Napples (JFCNP)</i> e <i>Joint Support and Enabling Command (JSEC)</i> , pode ser uma forma eficaz de proteger e promover os interesses nacionais [...] <input checked="" type="checkbox"/> Portugal priorizar o envio de militares para essas estruturas internacionais pode ser analisada quer do ponto de vista do fortalecimento do posicionamento geoestratégico [...] <input checked="" type="checkbox"/> A capacidade de influenciar situa-se também ao nível político. <input checked="" type="checkbox"/> Portugal deve priorizar a colocação de militares nacionais nos centros de comando da NATO que impactam diretamente a sua área de responsabilidade (AoR), nomeadamente em <i>Norfolk</i> e <i>Napples</i> e no JSEC [...] <input checked="" type="checkbox"/> O contributo nacional em termos de pessoal para a NATO deve ser visto de forma holística, pelo que a potencial priorização para estas NCS deverá ser avaliada neste contexto [...]
P11 - A opção de recorrer a pessoal civil para preencher lugares na NCS, desde que não diretamente relacionados com operação, e assim aliviar a pressão nas nações aliadas, para preencher os cargos operacionais com pessoal militar, é adequado face aos interesses nacionais?		
NCS	E1 E2 E4	<input checked="" type="checkbox"/> [...] é uma solução estratégica viável permitindo que Portugal preserve os seus recursos militares para funções operacionais críticas [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] desde que Portugal possa contribuir para definição dos cargos em questão, salvaguardando o interesse nacional [...] <input checked="" type="checkbox"/> Poderia ser uma solução se essa fosse a realidade em Portugal e existisse uma base de recrutamento na estrutura do MDN e FFAA.



P12 - Dada a posição geoestratégica de Portugal, face ao Atlântico, como previsível vetor de apoio ao <i>reinforcement and sustainment</i>, a partir do continente americano, deve Portugal patrocinar/promover a constituição de um <i>hub</i> logístico em TN, em prol do <i>enablement</i> da NATO?		
NCS	E2 E4	<input checked="" type="checkbox"/> [...] devem ser criadas condições nacionalmente para que essa hipótese se torne mais atrativa para os aliados. <input checked="" type="checkbox"/> Uma outra responsabilidade importante que decorre da posição geoestratégica nacional, é o apoio à preservação da liberdade de ação e utilização segura das SLOC atlânticas
P13 - Deve Portugal intensificar a realização de missões de vigilância e patrulhamento marítimo, no seu EEINP, em prol das VA da NATO, como reforço do contributo nacional para a DDA?		
VA	E1 E2 E4	<input checked="" type="checkbox"/> Portugal deve reforçar as missões de vigilância marítima, no EEINP, consolidando o seu contributo para as VA da NATO e para a dissuasão e defesa de toda esta euro-atlantic area. <input checked="" type="checkbox"/> Este esforço permitirá aumentar a segurança no Atlântico, assegurar o controlo de rotas estratégicas [...] <input checked="" type="checkbox"/> Uma outra responsabilidade importante que decorre da posição geoestratégica nacional, é o apoio à preservação da liberdade de ação e utilização segura das SLOC atlânticas [...] é necessário balancear o empenhamento das FFAA nas diferentes vertentes internacionais e isso é traduzido ao nível político, através de uma diretiva ministerial, que procura não desguarnecer qualquer das vertentes enunciadas
P14 - Tendo em conta que estas missões podem/devem ser realizadas como “duplo uso” para a segurança e defesa nacional, como poderá Portugal operacionalizar este desiderato?		
VA	E1 E2 E4	<input checked="" type="checkbox"/> Não é possível dissociar uma dimensão da outra [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] permite uma gestão mais eficiente das capacidades nacionais, garantindo um impacto positivo, tanto para a NATO, como para a proteção dos nossos interesses, dos interesses nacionais. <input checked="" type="checkbox"/> A operacionalização, deste modelo de duplo uso, fortalece a segurança e melhora a resposta, a ameaças híbridas [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] planeamento de rotina, assim como num contexto de execução inopinado, em resposta a situações específicas. No caso particular da Força Aérea, poderá utilizar-se o domínio espacial
P15 - Deverá Portugal tirar partido das condições favoráveis em termos de espaço aéreo, marítimo e terrestre, assim como da meteorologia favorável, grande parte do ano, para patrocinar a execução de exercícios internacionais de foro conjunto e combinado em prol do treino, exercício e standardização das forças da NATO, disponibilizando estas iniciativas nacionais para o programa de treino e certificação da NATO, e contribuindo assim para a Dissuasão?		
VA	E1 E2 E4	<input checked="" type="checkbox"/> Sim e isso tem sido feito. Há, no entanto, que modular o nível de ambição [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] reforçaria a Dissuasão da Aliança, promovendo a harmonização e a standardização de procedimentos operacionais entre aliados, e aumentando a presença militar nesta área de responsabilidade (AoR do SACEUR). <input checked="" type="checkbox"/> O acolhimento e liderança destes exercícios, fortalecem a Dissuasão e Defesa na área do euro-atlântico (DDA) consolidando a interoperabilidade entre aliados e valorizando o papel estratégico de Portugal na NATO.
P16 - Deve Portugal explorar a realização de missões de VA, em prol do DDA, no EEINP, e num modelo de duplo uso, contribuindo para a salvaguarda e segurança das SLOC e da infraestrutura crítica de cabos submarinos?		
VA	E1 E2 E4	<input checked="" type="checkbox"/> Essas atividades são importantes, independentemente do “chapéu” sob o qual são efetuadas [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] explorar e intensificar a realização de missões de VA, no seu EEINP, adotando um modelo de duplo uso garantindo a segurança das SLOC atlânticas e das infraestruturas críticas submarinas, enquanto reforça a dissuasão e defesa do DDA.



P17 - Deve Portugal patrocinar eventos relacionados com as VA como forma de promover a posição de Portugal em termos geoestratégicos face ao atlântico, na NATO?		
VA	E1 E2 E4	<input checked="" type="checkbox"/> A relevância dessas ações será claramente afetada pela perceção da ameaça que pretendem contrariar [...] <input checked="" type="checkbox"/> Portugal deve patrocinar e promover eventos relacionados com as VA da NATO, reforçando a sua posição geoestratégica no Atlântico e consolidando o seu papel como parceiro estratégico na segurança transatlântica e na dissuasão da Aliança [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] através de exercícios, conferências, projetos inovadores, pode afirmar-se como ator central, na segurança marítima, na interoperabilidade aliada, e na dissuasão estratégica da NATO, maximizando a sua relevância dentro da Aliança [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] o ideal seria que os exercícios desenvolvidos fossem incluídos no programa de treino e certificação da NATO.
P18 - Está Portugal preparado em termos de Resiliência civil (i.e. planos) para apoiar uma situação de crise ou conflito, como enquadrado pelo DDA, e como descrito no sítio do MDN?		
Resiliência	E1 E4 E5 E6	<input checked="" type="checkbox"/> A preparação para situações de crise ou conflito, especialmente no contexto do DDA (<i>Deterrence and Defence of the Euro-Atlantic Area</i>) ainda enfrenta desafios [...] <input checked="" type="checkbox"/> A Resiliência civil, que abrange a capacidade do Estado e da sociedade para responder a crises, deve ser uma prioridade no desenvolvimento de políticas de segurança nacional e de defesa. <input checked="" type="checkbox"/> [...] é conhecido que os planos estão a ser elaborados. <input checked="" type="checkbox"/> Portugal dispõe de planos e estruturas institucionais de resiliência civil, que cobrem algumas das exigências da NATO, mas enfrenta desafios na resposta a crises e conflitos de alta intensidade [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] é essencial reforçar a coordenação interministerial, promover exercícios de validação e assegurar um maior envolvimento das autoridades militares na definição dos requisitos estratégicos <input checked="" type="checkbox"/> Planos existentes são genéricos, carecem de requisitos e coordenação com setor militar para adaptar e ajustar às idiossincrasias militares em crise ou conflito [...]
P19 - Deve Portugal priorizar a consolidação da Resiliência civil nacional, como forma de contribuir para o DDA, num modelo de duplo uso, antecipando apoio a outras situações de crise estritamente nacionais e fora do âmbito da NATO (i.e. COVID, incêndios, tempestades, ...)?		
Resiliência	E1 E2 E4 E5 E6	<input checked="" type="checkbox"/> A Resiliência civil, que abrange a capacidade do Estado e da sociedade para responder a crises, deve ser uma prioridade no desenvolvimento de políticas de segurança nacional e de defesa. <input checked="" type="checkbox"/> [...] não considerando, por isso, que tenha uma natureza dual civil-militar nem seja enquadrável no duplo uso. <input checked="" type="checkbox"/> Portugal deve consolidar a resiliência civil nacional, através do modelo de duplo uso, garantindo simultaneamente a capacidade de resposta a crises, no âmbito do DDA, <input checked="" type="checkbox"/> Resiliência societal com base nos <i>minor requirements</i> da NATO e 7 setores [...] fazer ajustes e priorizações face a cenários de ameaça mais credíveis/possíveis [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] a Resiliência Civil é um elemento de essencial importância para a Defesa e Segurança Nacional, quer no âmbito da resposta a um ataque armado, quer no âmbito da resposta a crises [...]
P20 - Dada a natureza de apoio à manobra militar, deve este processo ter a participação do EMGFA?		
Resiliência	E1 E2 E4	<input checked="" type="checkbox"/> A participação do EMGFA neste processo é fundamental para o apoio estratégico e logístico para uma resposta eficaz a crises. <input checked="" type="checkbox"/> A experiência do EMGFA na gestão de operações complexas e na coordenação interinstitucional coloca-o numa posição única para integrar o apoio à manobra militar com as necessidades de resposta a crises civis.



	E5 E6	<ul style="list-style-type: none"> <input checked="" type="checkbox"/> Tem tido, a par dos demais atores envolvidos [...] <input checked="" type="checkbox"/> O EMGFA deve desempenhar um papel central na consolidação da resiliência civil, garantido que esta apoia eficazmente a manobra militar e os compromissos de Portugal no âmbito do DDA [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] através da definição de requisitos e cenários a refletir nos planos e exercícios [...] cenarização ameaças mais possíveis <input checked="" type="checkbox"/> [...] EMGFA poderia assumir um papel de coordenação das especificidades militares, dada a natureza conjunta de operação das Forças Armadas.
P21 - É Portugal um país com uma sociedade preparada para a realidade da Guerra? Deve a área governativa envolver a sociedade civil, à imagem do manifesto recentemente publicado na Suécia ou na Finlândia ⁸ , e quais as vantagens que daí poderiam advir, num modelo de “duplo uso”?		
Resiliência	E1 E2 E5 E6	<ul style="list-style-type: none"> <input checked="" type="checkbox"/> [...] preparação para uma guerra não se limita apenas à capacidade militar, mas também à resiliência da população e à capacidade de adaptação [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] a realidade de um conflito mais próximo não é algo impossível [...] garantir que a população civil tenha a formação básica para reagir a emergências, como a proteção civil em tempos de guerra [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] a defesa é uma questão que ultrapassa o âmbito militar e envolve todos os setores da sociedade: a defesa nacional como uma questão de cidadania. <input checked="" type="checkbox"/> Pela natureza do conceito de resiliência, que se baseia obrigatoriamente numa aproximação “whole-of-government” e “whole-of-society”, a área governativa deve envolver a sociedade civil [...] <input checked="" type="checkbox"/> Portugal ainda não dispõe, atualmente, de uma sociedade preparada para a realidade da guerra, [...] do ponto de vista cultural, estrutural ou doutrinário [...] Portugal poderia reforçar a sua capacidade de resposta a crises [...] <input checked="" type="checkbox"/> Portugal tem aqui um défice em termos de preparação e mentalidade da sociedade civil para uma situação de guerra [...] governo evita comunicações críticas [...] saber aprender a lidar com o risco este conhecimento desta skill é um duplo uso [...]
P22 - Tendo como referência a localização geográfica, deve Portugal, como nação de retaguarda, procurar assumir um papel de relevo, contribuindo para permitir uma navegação segura no Atlântico, assegurar pontos de entrada, quer marítimos quer aéreos, em TN, capacidade de receção e processamento de forças, material e equipamento, e facilidades de trânsito ou armazenamento de material em TN?		
Enablement	E1 E2 E4 E5	<ul style="list-style-type: none"> <input checked="" type="checkbox"/> [...] papel fundamental no DDA, particularmente no que diz respeito à defesa do espaço aéreo e marítimo atlântico [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] pode desempenhar um papel de relevo no fortalecimento da segurança regional, especialmente em relação à segurança marítima e ao controle dos pontos de entrada estratégicos no Atlântico [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] garantir pontos críticos de trânsito e armazenamento de materiais e equipamentos, robustecendo a sua posição dentro da NATO [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] Portugal possui uma boa infraestrutura [...] <input checked="" type="checkbox"/> Portugal pela sua localização estratégica no Atlântico deve desempenhar um papel central no <i>enablement</i> da NATO [...]

⁸ <https://www.suomi.fi/guides/preparedness>



P23 - Pode esta posição ser considerada como uma contribuição de relevo para a Dissuasão no DDA e, com isso, robustecer a posição nacional no seio da Aliança como parceiro de referência na região atlântica?		
Enablement	E1 E2 E4 E5	<input checked="" type="checkbox"/> Portugal tem uma posição estratégica privilegiada devido à sua localização geográfica no extremo sudoeste da Europa, com uma extensa linha costeira e acesso ao Atlântico, assumindo um papel fundamental no DDA [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] relevância terá de ser conseguida através da dimensão qualitativa das infraestruturas nacionais – portos, ferrovia – e através da contribuição efetiva com forças para os planos respetivos. <input checked="" type="checkbox"/> A relevância não será conseguida à custa de uma mera existência na ponta oeste da Europa [...] <input checked="" type="checkbox"/> Portugal, como ponto estratégico para o <i>enablement</i> da NATO, representa uma contribuição significativa para a dissuasão do DDA
P24 - Tendo presente que a NATO disponibiliza um conjunto de fundos comuns (NSIP) para edificação de capacidades relacionadas com <i>enablement</i>, deve Portugal procurar este financiamento comum e com isso assumir-se como um <i>hub</i> logístico e <i>host nation</i>, em apoio ao processo de <i>enablement</i> e <i>reinforcement and sustainment</i> de tropas, material e equipamento oriundo do continente americano? Deve, nesta situação, ser explorada a possibilidade de um modelo de duplo uso para estas infraestruturas?		
Enablement	E1 E2 E4 E5	<input checked="" type="checkbox"/> [...] o recurso ao programa de investimento NSIP para o desenvolvimento de infraestruturas críticas, permitiria reforçar a importância da sua localização estratégica enquanto plataforma para operações de projeção de força e para garantir a resposta rápida [...] <input checked="" type="checkbox"/> Tendo em conta essa natureza e o impacto positivo que terá na indústria e na mobilidade em Portugal, deve ser procurado financiamento complementar [...] <input checked="" type="checkbox"/> Portugal deve explorar o financiamento do NSIP, para consolidar-se como um hub logístico estratégico da NATO, assegurando infraestruturas modernas e resilientes para o <i>enablement</i> e para o <i>reinforcement & sustainment</i> . <input checked="" type="checkbox"/> A adoção de um modelo duplo, maximiza os benefícios, garantindo que estas infraestruturas servem tanto os propósitos militares como civis. Esta abordagem faria a capacidade de resposta nacional, impulsionaria a economia, e consolidaria a posição de Portugal através da NATO [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] processo é inerentemente de duplo uso, aplicando-se independentemente de ser para utilização militar ou civil [...]
P25 - A posição de Portugal, como ponto de entrada para o <i>reinforcement and sustainment</i>, a partir do continente americano, pode/deve ser considerado como diferenciador para o papel de Portugal em prol do DDA?		
Enablement	E1 E2 E4 E5	<input checked="" type="checkbox"/> [...] papel de Portugal na Aliança deve ser reforçado com investimentos contínuos em capacidades militares e em infraestruturas que permitam à nação continuar a ser um parceiro de referência na defesa coletiva e na dissuasão no DDA [...] <input checked="" type="checkbox"/> É diferenciador face a outros Aliados que não possuam as mesmas responsabilidades e vocação atlântica [...] <input checked="" type="checkbox"/> A posição geoestratégica de Portugal diferencia o seu papel no DDA da NATO, permitindo de assumir um papel estratégico, outra vez, no <i>reinforcement & sustainment</i> das forças transatlânticas. <input checked="" type="checkbox"/> Esta diferenciação, fortalece a relevância de Portugal, na Aliança, garantindo um contributo real para a dissuasão e defesa do espaço euro-atlântico [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] contributo diferenciador de Portugal para a NATO, que se adiciona ao contributo atual em forças e meios, complementando o valor intrínseco de Portugal como estado membro da NATO, potenciando a sua imagem e relevância operacional e estratégica [...]



P26 - Deve Portugal tomar a iniciativa de agilizar os seus processos governativos (i.e. através de processos legislativos específicos) como forma de facilitar a receção, armazenamento e trânsito de tropas, material e equipamento militar, contribuindo para o processo de <i>enablement</i> da NATO e, com isso, consolidar a sua posição de parceiro geoestratégico face ao Atlântico?		
Enablement	E1 E2 E4 E5	<input checked="" type="checkbox"/> [...] propostas legislativas específicas como forma de desburocratizar processos são uma boa solução no sentido da movimentação de tropas de forma mais fluida, especialmente no caso de intervenções rápidas ou operações conjuntas da NATO. <input checked="" type="checkbox"/> Um bom exemplo prende-se com questões como a autorização de passagem de forças militares estrangeiras, a simplificação de processos aduaneiros para o trânsito de equipamentos e material sensível [...] <input checked="" type="checkbox"/> Portugal deve tomar a iniciativa de agilizar os seus processos legislativos e administrativos, garantindo a movimentação expedita de forças, material e equipamento militar aliado. Esta adaptação consolidaria a posição estratégica de Portugal na NATO [...]
P27 - Dado o papel preponderante que o JSEC assume nas questões relacionadas com <i>enablement</i> e tendo como referência a posição geoestratégica que Portugal pode assumir na NATO, face ao Atlântico, como via de reabastecimento da NATO a partir do continente americano, deve Portugal priorizar a contribuição de elementos nacionais para preencher cargos de referência neste Comando da NCS?		
Enablement	E1 E2 E4 E5	<input checked="" type="checkbox"/> [...] ocupação de cargos de referência neste comando por elementos nacionais, contribuiria para consolidar ainda mais a posição de Portugal enquanto aliado estratégico da Aliança. <input checked="" type="checkbox"/> Portugal deve priorizar a alocação de elementos nacionais no JSEC, garantindo que a sua posição estratégica no Atlântico é refletida nas operações do <i>enablement</i> da NATO [...] <input checked="" type="checkbox"/> Não deve priorizar, sob pena de perda de relevância nos demais espectros de operações [...]
P28 - Deve Portugal patrocinar e estimular a rotina deste tipo de exercícios como forma de consolidar/validar esta capacidade em TN e com isso contribuir também para consolidar e robustecer os contributos nacionais em prol do DDA, podendo este ser ainda considerado como um evento no âmbito das VA?		
Enablement	E1 E2 E4 E5	<input checked="" type="checkbox"/> [...] exercícios logísticos envolvendo o movimento de tropas, material e equipamentos entre continentes, são essenciais [...] <input checked="" type="checkbox"/> Para Portugal, como ponto de entrada para a Europa a partir da área atlântica, este tipo de exercícios é particularmente relevante [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] estimular uma rotina de exercícios logísticos que envolvam a movimentação de tropas e material para a Europa será de interesse estratégico para Portugal, no sentido em que permitiria consolidar a sua posição...validar a sua capacidade logística e, ao mesmo tempo, garantir que seus próprios processos, infraestruturas e recursos estão permanentemente atualizados e prontos [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] patrocinar institucionalizar a realização regular de exercícios logísticos, assegurando que o país se mantém como um <i>hub</i> confiável para o <i>enablement</i> da NATO. <input checked="" type="checkbox"/> Estes exercícios devem ser considerados parte da VA, fortalecendo a prontidão operacional da Aliança e reforçando a posição estratégica de Portugal, no âmbito do DDA [...]
P29 - Deve Portugal rever o seu programa de investimento em defesa por forma não só assegurar os 2% do PIB, como mínimo de referência, mas, se necessário, aceitar um investimento superior, como forma de recuperar do desinvestimento das últimas décadas?		
Financiamento	E1 E2 E4 E5	<input checked="" type="checkbox"/> O investimento superior a 2% do PIB pode ser uma solução estratégica, especialmente em momentos de recuperação ou quando há um claro reconhecimento de que o desinvestimento das últimas décadas possa ter comprometido capacidades [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] é importante que esse aumento de investimento seja feito de forma sustentável [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] ter presente que o aumento no investimento apenas será eficaz na justa medida da capacidade da sua efetiva execução.



		<input checked="" type="checkbox"/> Portugal deve rever e reforçar o seu programa de investimento em defesa, garantindo que atinge 2% do PIB, como mínimo, e se necessário, aceitar um valor superior, para recuperar de décadas de subfinanciamento [...]
P30 - Deve Portugal ajustar o programa de investimento em defesa refletido na atual LPM, em vigor até 2034, por forma a priorizar os targets NATO e com isso compromissos prementes face ao DDA?		
Financiamento	E2 E4 E5	<input checked="" type="checkbox"/> [...] evolução da geopolítica, especialmente com as tensões na Europa de leste, aponta para a necessidade de uma análise detalhada do que será prioritário, desde logo para o país, mas também dentro do contexto da segurança coletiva na NATO, o que poderá passar por uma revisão das prioridades de investimento [...] <input checked="" type="checkbox"/> [...] targets NATO deve ser coordenado e priorizado em equilíbrio com o processo de edificação das Capacidades identificadas como necessárias à defesa e segurança nacionais, tendo como contexto o interesse nacional [...]
P31 - Deve Portugal procurar sinergias junto de nações aliadas, como forma de economia de escala, através da edificação de capacidades comuns, e com isso salvaguardar ainda a estandardização e interoperabilidade, cruciais para o DDA?		
Financiamento	E1 E2 E4 E5	<input checked="" type="checkbox"/> Portugal pode obter uma economia de escala importante, especialmente quando se trata de equipamentos, infraestruturas e outras capacidades de defesa, em vez de investir isoladamente [...] <input checked="" type="checkbox"/> A edificação de capacidades comuns pode melhorar significativamente a eficácia operacional, já que permite a partilha de recursos e a criação de uma base comum. <input checked="" type="checkbox"/> O desenvolvimento de capacidades comuns também facilita a integração de unidades e sistemas de diferentes países em missões multinacionais. <input checked="" type="checkbox"/> Sim. Já foi efetuado parcialmente nalgumas capacidades. <input checked="" type="checkbox"/> Portugal deve apostar em sinergias com Nações aliadas, para desenvolver capacidades conjuntas, aproveitando economias de escala, reforçando a interoperabilidade e garantindo um contributo eficaz para o DDA, através de parcerias: defesa aérea, SAR, cyber, logística.
Legenda: Está de acordo com a afirmação: <input checked="" type="checkbox"/> Concorda de forma parcial: <input checked="" type="checkbox"/> Discorda: <input checked="" type="checkbox"/>		